



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Aloisio Mercadante

Presidente da Capes

Jorge Almeida Guimaraes



Universidade Federal de Alagoas

Reitor

Eurico de Barros Lobo Filho

Vice-Reitor

Rachel Rocha de Almeida Barros

Coordenador UAB/CIED

Luis Paulo Leopoldo Mercado

Coordenador Adjunto UAB/CIED

Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

Coordenação de Projetos e Fomentos/CIED

Mylena Araujo

Coordenadora do Núcleo de Formação/CIED

Lilian Carmen Lima dos Santos

Coordenação de Tutoria/CIED

Rosana Saria de Araujo

Coordenador do Núcleo de Comunicação e Produção de Materiais Didáticos/CIED

Guilmer Brito

Responsável pelos Projetos de Design Gráfico/CIED

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

Projeto Gráfico

Luiz Marcos Resende Júnior

Diagramação e Finalização

Lucas Gerônimo Villar

Sociologia 1

Disciplina ?

Professor:

Elder Patrick Maia

Revisão ortográfica:

Prof. Wilson Bomfim

Coordenação de curso:

Luciana Santana

Coordenação de tutoria:

Júlio Cezar Gaudêncio Silva

Supervisão Teórica:

Luciana Santana e João Vicente R. B. C. Lima

Revisão de Conteúdo:

Evaldo Mendes da Silva/ Luciana Santana

D6

INTRODUÇÃO

Seja bem-vind@ à disciplina Profissão Docente, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a Distância, ofertado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas-UFAL.

As atividades que começamos hoje a desenvolver juntos aqui e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), serão de grande valia para sua formação enquanto futuro professor de Sociologia. Ao longo desta disciplina, vamos refletir sobre a prática pedagógica e a efetivação do processo de democratização do ensino no nosso país. Aproveite a oportunidade para familiarizar-se com as condições que irão reger sua carreira e inserir-se, desde já, no contexto do ambiente organizacional onde irá exercer o magistério: a Educação Básica.

Bons estudos!

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Eu sou Elder Patrick Maia Alves. Sou professor de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição (PPGS/UFAL). Tenho experiência de docência no ensino fundamental, médio e superior, além da educação à distância, modalidade em que atuei junto ao Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB), entre 2006 e 2009, como conteudista, monitor e tutor. Sou licenciado em Ciências Sociais (pela Universidade Federal da Bahia-UFBA), mestre em sociologia, doutor em sociologia (ambos pela UnB) e pós-doutor em sociologia (pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ). Para mais informações acerca do meu curriculum (publicações, pesquisas, orientações, etc.), consultar o meu curriculum lattes, disponível na plataforma digital do Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do link: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4733358J3>

Espero que a minha experiência e o meu fascínio pela sociologia possam contribuir para o êxito pedagógico desta disciplina. Sou o professor conteudista da disciplina de Sociologia e, com efeito, espero contribuir com a formação intelectual e acadêmica de vocês, através desse poderoso e eficaz Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Esse será nosso espaço para a transmissão dos conteúdos, troca de experiências e construção conjunta do aprendizado. Vocês terão de mim toda a dedicação e o envolvimento necessário. Além da minha supervisão e mediação, contarão também com a participação e a mediação permanente dos tutores desta disciplina, que estarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas e a auxiliar no processo de aprendizado durante toda a disciplina.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso: Licenciatura em Ciências Sociais

Disciplina: Sociologia 1

Carga horária total: 60h (presencial: 20h / online: 40h)

Professor: Elder Patrick Maia

Ementa:

Conceitos fundamentais das sociologias de Émile Durkheim e de Max Weber através da leitura de textos clássicos. Positivismo e Liberalismo. Organicismo e Darwinismo Social. Precusores: Augusto Comte e Hebert Spencer. Sociologia Compreensiva. Precusores: Georg Simmel, Rickert e Wilhelm Dilthey

Conteúdos:

UNIDADE I: OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA OBRA DE ÉMILE DURKHEIM

a) Durkheim e o seu contexto histórico e intelectual

- b)As regras do método sociológico
- c)O fato social como objeto da sociologia

UNIDADE 2: OS TEMAS CENTRAIS DA OBRA DE DURKHEIM E A OPERACIONALIZAÇÃO DO MÉTODO

- a)A divisão do trabalho social
- b)O suicídio
- c)As representações simbólicas da sociedade

UNIDADE 3: AS CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA OBRA DE MAX WEBER

- a)Weber e o seu contexto histórico e intelectual
- b)A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais: a separação entre os juízos de fato e os juízos de valor
- c)O objeto da sociologia: a ação social e os seus significados

UNIDADE 4: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS DE WEBER

- a)O tipo ideal como recurso empírico
- b)A ética protestante e o espírito do capitalismo

Objetivos

Objetivo Geral

Fomentar o conhecimento dos principais conceitos presentes nas obras dos sociólogos Émile Durkheim e Max Weber, assim como os aspectos teóricos e científicos que os influenciaram e marcaram a história da teoria sociológica.

Objetivos Específicos

1 Desenvolver a capacidade intelectual e pedagógica de pensar e refletir em um elevado grau de abstração, utilizando os conceitos como meios e ferramentas imprescindíveis para

compreender a dimensão simbólica (linguagem, símbolos, valores, etc.) da existência social e também material da vida;

2 Criar as condições intelectuais e pedagógicas para a compreensão e tradução dos conceitos abordados para o contexto local e relacional vivido no cotidiano;

3 Compreender as especificidades do raciocínio sociológico, enfatizando os aspectos objetivos e subjetivos presentes na estruturação das práticas individuais, na organização dos grupos e na formação das normas coletivas;

4 Comparar e estabelecer as principais diferenças entre os conceitos e os métodos do pensamento estrutural-funcionalista de Émile Durkheim e a sociologia compreensiva de Max Weber

5 Desenvolver uma postura reflexiva e suficientemente crítica, capaz de apontar a solidez dos conceitos e também as suas fragilidades.

Competências e/ou habilidades que o aluno deve desenvolver na disciplina

PESSOAL

Desenvolver a capacidade de aplicar os conceitos e as reflexões ao cotidiano mais elementar da vida individual e social, sendo capaz de desnaturalizar os processos sociais mais arraigados, as crenças, os valores e os significados, reunindo, assim, elementos para a adoção de um raciocínio sociológico permanente e fecundo.

SOCIAL

Construir uma reflexão colaborativa e, ao mesmo tempo, crítica acerca do contexto social, político e cultural em que o seu grupo e/ou segmento social esta inserido, contribuindo para manter uma postura atenta e colaborativa quanto às possibilidades da mudança social

PROFISSIONAL

Fomentar o domínio dos principais conceitos sociológicos apresentados e discutidos na disciplina, a fim de transmiti-los com segurança e capacidade de análise.

Unidades Conceituais Anteriores que o aluno deve apresentar para desenvolver uma aprendizagem significativa na disciplina

- Conhecimento e domínio razoável das especificidades das ciências sociais e as suas principais diferenças das ciências naturais;
- Conhecimento das principais teorias e sistemas de pensamento que contribuíram para o advento das ciências sociais durante os séculos XVIII e XIX;
- Domínio do conceito de ciência e dos critérios que caracterizam o trabalho científico

Unidades Conceituais que o aluno deve apresentar como resultado de uma aprendizagem significativa ao final desta disciplina

- Conhecimento e capacidade de transmissão dos principais conceitos e das reflexões presentes no pensamento de Émile Durkeim e Max Weber.
- Capacidade de argumentação e diferenciação envolvendo os dois autores mencionados.
- Capacidade de tradução e comparação de casos pontuais e eventos locais com os exemplos discutidos e trabalhados durante a disciplina.
- Desenvolvimento do poder de abstração e reflexão envolvendo outras sociedades e eventos longínquos.
- Capacidade de comparar e estabelecer diferenças entre os autores estudados e pesquisados, assim como a competência de argumentar e comparar o conteúdo da disciplina com os conteúdos das demais disciplinas estudadas e pesquisadas até então.

Metodologia

Aulas presenciais: apresentação geral da disciplina. Exposição da sistemática de trabalho e apresentação dos principais objetivos da disciplina.

Aulas à distância: estudo dos módulos, atividades propostas, leituras recomendadas e demais atividades didático-pedagógicas.

A disciplina será coordenada de modo dialógico através de sessões coordenadas presencialmente e à distância, buscando contemplar a necessária articulação entre teoria e prática. Nessa direção, visa-se garantir a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando situações de aprendizagem a partir da análise de ações voltadas à qualificação inicial e continuada de professores.

Nossas sessões possuirão caráter de seminário, tendo como referência textos produzidos para discussão em sala de aula presencial ou virtual. Serão realizadas ainda atividades de pesquisa na internet envolvendo a análise da mediação entre o saber acadêmico, a prática pedagógica e o espaço escolar propriamente dito.

Para concretização dos objetivos propostos nesta disciplina, adotaremos ainda os seguintes procedimentos metodológicos:

a) a participação ativa dos alunos na produção de textos, fichas analíticas, projetos didáticos e trabalhos individuais e em grupo;

b) navegar por sites, acessar links para a leitura de textos pertinentes à área e visualização de vídeos igualmente importantes;

c) leitura de artigos e/ou livros disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou na biblioteca do seu polo e, finalmente,

d) a socialização destas informações por meio da Plataforma Moodle com suas ferramentas de interação e comunicação.

Caro alun@

Seja bem-vind@ à disciplina Sociologia I, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a Distância, ofertado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Disciplina ?

As atividades que começamos a realizar hoje, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), serão imprescindíveis para a vossa formação enquanto futuro professor de Sociologia.

No decurso desta disciplina, teremos como desafio refletir sobre o processo de formação do pensamento de dois dos mais importantes autores da história da sociologia: Émile Durkheim e Max Weber. Trata-se de uma disciplina que irá, a partir da contribuição desses autores, oportunizar e permitir a incorporação de conceitos sociológicos fundamentais, cuja utilidade tanto está na possibilidade de compreender o nosso cotidiano mais prosaico e familiar, quanto na oportunidade de compreender e refletir sobre as agudas mudanças sociais que as sociedades contemporâneas têm vivido. Essas duas dimensões compõem parte do ofício da investigação sociológica. O instrumental teórico-metodológico que essa disciplina dispõe permite compreender os valores, os símbolos, as motivações, as tensões e os conflitos existentes entre os indivíduos (entre esses, nós mesmos) e os diversos grupos sociais (família, amigos, torcidas de futebol, associações religiosas, políticas, comunitárias, etc.) dos quais fazemos parte, assim como permite que entendamos os contextos, os eventos e as estruturas sociais mais distantes no tempo e no espaço.

Aproveitem!

Bons estudos!

UNIDADE 1:

Disciplina ?

Os fundamentos teórico- metodológicos da obra de Émile Durkheim



Metas da Aula

Nesta unidade e nas aulas que a compõem, o estudante irá estudar e pesquisar acerca da trajetória do sociólogo francês Émile Durkheim, abordando especificamente as ideias e concepções filosóficas que mais o influenciaram. O estudante deve desenvolver a noção precisa de que, no início da sua carreira e da sua reflexão, Durkheim foi bastante influenciado pelo positivismo de Auguste Comte, principalmente no que diz respeito à concepção de que as ciências sociais deveriam estudar os fenômenos sociais e humanos com o mesmo rigor científico que as ciências naturais estudavam os fenômenos naturais. Com efeito, o estudante deve também assimilar os principais conceitos durkhemianos e a sua contribuição metodológica.

Disciplina ?

a) Durkheim e o seu contexto histórico e intelectual

Émile Durkheim nasceu em 1858, na divisa da França com a Alemanha, entre as regiões da Alsácia e Lorena. Ainda na adolescência testemunhou acontecimentos políticos que marcaram a sua geração, como a Guerra Franco-Prussiana, em 1870, a Comuna de Paris (1871) e a instauração da III República na França, também em 1871. As crises políticas experimentadas por seu país, a França, durante a década de 70 do século XIX, marcaram, posteriormente, parte da sua reflexão sociológica. Entre 1893 e 1897, Durkheim publicou três dos seus mais importantes trabalhos empíricos e teóricos: *A divisão do trabalho social* (1893), *As regras do método sociológico* (1895) e *O suicídio* (1897). Esses trabalhos tornaram-se a base e o substrato da obra do nosso autor e foram desenvolvidos durante o período em que Durkheim ministrou aulas de ciências sociais na Faculté de Lettres de Bordeaux (Faculdade de Letras de Bordeaux, na França), entre os anos de 1887 e 1902. Como todo e qualquer autor – sobretudo aqueles que oferecem uma grande contribuição

para o pensamento científico -, Durkheim foi bastante influenciado por outros teóricos, autores, pensadores e filósofos. Entre esses autores, três diferentes grupos foram particularmente importantes para a formação intelectual de Durkheim e, posteriormente, para o desenvolvimento da sua reflexão sociológica. Foram eles: os filósofos franceses do Iluminismo (notadamente o Barão de Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau); os filósofos e economistas alemães (Immanuel Kant, Adolf Wagner e Gustav Schmoller); e, por fim, o filósofo francês e criador da sociologia, August Comte. Como acentuou o próprio Durkheim, Comte foi decisivo.

Comte foi um dos filósofos e pensadores mais importantes da primeira metade do século XIX, seu pensamento influenciou inúmeras gerações de intelectuais, políticos e militares na segunda metade daquele mesmo século, fazendo do positivismo (a escola de pensamento por ele criada) um movimento intelectual e político que teve grande ressonância nas sociedades ocidentais, especialmente na América Latina e, particularmente no Brasil. Aqui, os intelectuais e militares (como Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca) diretamente envolvidos no movimento republicano que levou a proclamação da República no Brasil, em 1889, foram fortemente influenciados pelos ideais positivistas criados por Comte. Para este, a história humana mostra uma direção específica, marcada por três estados de desenvolvimento do pensamento, a chamada Lei dos três estados. O primeiro estado (ou estágio) seria o *teológico*, onde a explicação para a origem da espécie humana (de onde viamos e para onde vamos?) e para a dinâmica dos aspectos naturais e sociais estaria em entidades místicas e/ou mágicas, cuja explicação seria atribuída à seres abstratos e entidades transcendentais. O estágio teológico (ou a fase teológica do pensamento) apresenta, segundo Comte, subfases compostas pelo fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo. O segundo estado (ou estágio), mais recente na história do pensamento humano, já se caracterizaria pelas explicações baseadas na observação do real e nas manifestações do mundo natural e social, mas, de acordo com Comte, ainda recorrendo a explicações muito abstratas e evasivas, onde predominaria o pensamento filosófico metafísico, que predominou na Europa

entre os séculos XVI e XVIII. A metafísica seria uma transição entre o estado teológico e o estado positivo ou científico. Este último, o último estado do pensamento humano, seria aquele marcado pela observação rigorosa dos fatos humanos e sociais. O estado positivo é o estágio científico por excelência, onde o pensador observa o real, desvenda seus significados e descobre as leis gerais que guiam e norteiam o mundo físico (tal qual faziam as ciências naturais: biologia, física e química) e social, cujas leis gerais a sociologia - no início, chamada por Comte de física social – deveria pesquisar. O estado positivo é o estágio científico porque nele os pesquisadores são capazes de pesquisar e prevê o que irá acontecer, ou seja, de atuar diretamente no curso dos acontecimentos naturais e sociais. O método positivo seria, assim, o método científico. Durkheim incorporou parte das ideias de Comte, sobretudo esse último aspecto. Ou seja, tal quais os cientistas naturais (químicos, físicos, biólogos e matemáticos), os cientistas sociais deveriam observar cuidadosamente a sociedade (seus diversos fenômenos: religião, moral, direito, política, economia, etc.) e estabelecer leis gerais de desenvolvimento e transformação. Para tanto, as ciências sociais positivas (em particular a sociologia – a ciência da sociedade) deveria desenvolver métodos específicos baseados na observação e indução a fim de compreender a formação da estabilidade (coesão) e a dinâmica de transformação das sociedades (ou, como destacou Comte, a *ordem* e o *progresso*). Esses métodos, no entanto, serão apresentados e discutidos na próxima unidade. Por ora, fiquemos com as palavras do próprio Durkheim acerca da sociologia:

Se existe um ponto fora de dúvida atualmente é que todos os seres da natureza, desde o mineral até o homem, dizem respeito à ciência positiva, isto é, que tudo se passa segundo as leis necessárias [...] A sociologia tem um objeto claramente definido e um método para estudá-la. O objeto são os fatos sociais; o método é a observação e a experimentação indireta, em outros termos, o método comparativo. O que falta atualmente é traçar os quadros gerais da ciência e assinalar suas divisões essenciais. [...]

Uma ciência não se constitui verdadeiramente senão quando é dividida e subdividida, quando compreende um certo número de problemas diferentes e solidários entre si.



Para Examinar

O PROFESSOR E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Desde o seu início, a sociologia adotou procedimentos metodológicos presentes nas ciências naturais, como a observação, a indução, a dedução, a descrição sistemática e a comparação. No entanto, um dos procedimentos caros às ciências naturais, a experimentação (comumente realizada nos laboratórios de pesquisa), é bastante difícil de ser realizado pela sociologia, uma vez que um grupo social, uma classe, uma categoria profissional, uma crença religiosa, um princípio moral, um valor coletivo, entre outros, não pode ser isolado em laboratórios para ser testado e examinado. Devido à dificuldade de realização do experimento sociológico, ao longo do século XX a sociologia desenvolveu técnicas de pesquisa específicas, como os estudos de caso, a observação participante e os grupos focais. Mesmo diante da dificuldade de isolar grupos sociais e demais segmentos que podem ser estudados pelos sociólogos, durante o século XX algumas escolas teóricas e metodológicas buscaram criar meios de analisar e estudar os indivíduos em suas relações a partir das suas práticas e vivências cotidianas, em espaços como a escola, a igreja, o trabalho, a família, os espaços de lazer, etc. Foi o que fez, por exemplo, o interacionismo simbólico e a etnometodologia.



Atenção

O conhecimento nas ciências é cumulativo, ou seja, é necessário assimilar cada autor e as suas principais contribuições teóricas para, mais a frente, fazer uso do aprendizado anterior para compreender novos autores e as suas teorias. Embora, às vezes, os conceitos e as reflexões pareçam demasiado abstratos, as ciências sociais e a sociologia são ciências empíricas, que investigam o real (os mercados, os partidos políticos, a identidade cultural, os costumes, as crenças, os rituais, as instituições jurídicas, os governos, a violência, etc.), tal quais as demais ciências empíricas examinam outros aspectos da realidade: as células (Biologia), as substâncias e as suas composições (Química) e os aspectos físicos que nos cercam, como temperatura, pressão, etc., no caso da Física. Exatamente por esse aspecto nós estudamos, nesta disciplina, sociologia I, dois autores (Émile Durkheim e Max Weber) que buscaram construir e evidenciar o caráter empírico das ciências sociais, diferenciando-as do perfil especulativo e, muitas vezes, evasivo da filosofia.



Saiba Mais

Entre os anos 30 e 50 do século XX, especialmente nos Estados Unidos, os sociólogos e os psicólogos sociais atuaram em conjunto, desenvolvendo reflexões e estudos acerca dos comportamentos dos grupos juvenis, dos segmentos de imigrantes e das chamadas comunidades urbanas, sobretudo nas grandes cidades americanas, como Chicago e Nova York. Desse modo, buscaram desenvolver conceitos e metodologias que buscassem compreender as diferenças dos comportamentos individuais e em grupo, a partir de situações e interações como a sala de aula, os bailes de formatura, os encontros familiares, etc.



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Examine o contexto intelectual e científico do século XIX, quando as descobertas nas áreas da Química, Física e Biologia foram, aos poucos, incorporadas às vidas cotidianas das pessoas. Pense e pesquise para responder:

1. Por que as ciências naturais tornaram-se o padrão de cientificidade a ser seguido?
2. É possível para a sociologia realizar um experimento científico como as ciências naturais realizam na sua prática científica?



Glossário

Iluminismo

O iluminismo foi um movimento amplo e diversificado, que trouxe para o cenário europeu, durante a segunda metade do século XVIII, um conjunto de novas ideias políticas, valores e criações artísticas. Os impactos foram sentidos sobretudo na filosofia, na literatura e na atividade política. Boa parte dos escritores e filósofos do iluminismo criticavam as características da sociedade medieval europeia, também chamado de Antigo Regime. Muitos desses escritores e filósofos pertenciam às aristocracias rurais e às nobrezas europeias, que, no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, viram seu poder político e cultural se diluir/enfraquecer, em face à ascensão de novos grupos e classes sociais, como a burguesia comercial e industrial e o operariado urbano.

Positivismo

O positivismo foi uma escola científico-filosófica bastante influente durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. O ideal científico de transformar

o mundo e controlá-lo a partir da razão científica, bem como da capacidade de previsão e estudo racional das causas e dos efeitos das leis naturais e sociais influenciou gerações de cientistas e políticos no mundo todo. No Brasil, a geração de militares, cientista e republicanos que proclamaram a República, em 1889, foram bastante influenciadas pelo positivismo. Por exemplo, o lema positivista “ordem e progresso” está na nossa bandeira.

Interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico é uma corrente norte-americana do pensamento sociológico, que remonta a Escola de Chicago. Para o interacionismo a unidade empírica fundamental da sociedade e dos processos sociais é a interação e os seus contextos simbólicos de realização. Os principais autores e teóricos filiados ao interacionismo foram Georg Herbert Mead, Robert Blumer e Erving Goffman.

Etnometodologia

A etnometodologia foi uma corrente teórica do pensamento sociológico, criada e difundida por Harold Garfinkel nos anos 60, nos Estados Unidos. Bastante influenciada pelo interacionismo simbólico, a Escola de Chicago e a fenomenologia, a etnometodologia radicaliza o postulado compreensivista, destacando que as ações, gestos e falas dos indivíduos podem ser autoexplicativas e compreendidas pelos próprios agentes, prescindindo-se de explicações científicas.



Acesse

Para saber um pouco mais sobre o contexto histórico e intelectual de Durkheim, acesse: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1257SociologiaSintese.pdf>

Para saber mais sobre o interacionismo simbólico e a etnometodologia, acesse: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n1/09.pdf>

Para saber um pouco mais sobre o positivismo e a sociologia, acesse: <http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/RevistaCientifica/REVISTA%20CIENTIFICA%202007/7%20O%20PENSAMENTO%20SOCIOLOGICO%20AUGUSTO%20COMTE%20-%20Rosemary%20Dias%20Ribeiro%20Rodrigues.pdf>



Referências

- GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa, Editora Presença, 2005.
- RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim** (coleção grandes cientistas sociais). Ática, São Paulo, 2008.
- QUINTEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Martins Fonte, 2003.

Disciplina ?

B) As regras do método sociológico

Em 1895, Durkheim escreveu uma das mais importantes obras da sua carreira e do pensamento sociológico: o livro *As regras do método sociológico*. Esse trabalho foi o primeiro dedicado à apresentação clara e sistemática da investigação sociológica. A regra metodologicamente mais relevante presente neste livro diz respeito ao tratamento dos fenômenos e dos fatos sociais como *coisas*. Essa percepção deriva de dois aspectos complementares: Durkheim acreditava que, assim como os cientistas naturais tratavam dos fenômenos que estudavam da forma mais distanciada e objetiva possível, tratando-os como coisas naturais, os sociólogos deveriam fazer o mesmo quanto às coisas humanas (o conjunto variado de fatos sociais: a religião, as crenças, os costumes, as leis, a política, o direito, as normas, etc.). Do mesmo modo, ainda, Durkheim sabia que o conteúdo dessa *coisa* humano-social era muito distinto das coisas naturais, por isso assinalava que a sociedade é algo *sui generis*, ou seja, algo muito singular, único.

Da concepção de coisa criada e defendida por Durkheim, derivam três outras regras metodológicas: a) o afastamento das pré-noções; b) o tratamento exterior das semelhanças entre os fatos sociais; e c) tratar os fatos sociais da maneira mais objetiva possível, ou seja, independente das manifestações e opiniões individuais, mas tão-somente a partir das características exteriores que se impõem e antecedem os indivíduos em particular. A primeira regra é muito importante, pois diz respeito a uma postura de investigação. Antes de julgar, explicar, negar e ou condenar um determinado fenômeno social (como certas práticas e ou crenças sociais desconhecidos, como o infanticídio, o suicídio e a crença nas entidades da natureza), o sociólogo, tal qual o cientista da natureza, deve se por a examinar cuidadosamente o fenômeno humano-social, observando-o sistematicamente, sem subestimar a sua complexidade ou julgá-lo algo sem relevância ou pueril. Essa foi uma postura comum entre

muitos filósofos e pensadores sociais, que julgavam conhecer o fenômenos e suas características antes mesmo de estudá-lo. Acerca desse procedimento de afastamento das pré-noções, Durkheim escreveu:

A coisa se opõe à ideia. É coisa todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural. Tudo que o espírito não pode chegar a compreender se não sob a condição de sair, por meio da observação e da experimentação, passando, progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e profundos.

Nessa passagem, nosso autor é bastante claro. O sociólogo e o cientista social devem se afastar das falas pré-noções e falsas evidências. Do mesmo modo, novamente, que um cientista da natureza recolhe seu material (amostras de substâncias, de produtos, etc.), o cientista social deve observar todos os aspectos do fenômeno social estudado. Por isso, o autor destaca que “tudo que o espírito não pode chegar a compreender sob a condição de sair”... O que ele está recomendando é que os pensamentos, juízos, avaliações, ideias e noções que temos do mundo social não são suficientes para conhecê-lo. É preciso sair dessas características já conhecidas e inteiramente familiares para poder observar e explicar outros fenômenos sociais e aqueles, inclusive, que nos cercam, que nos são familiares. Aqui, Durkheim está contribuindo muito para criar uma postura científica para as ciências sociais, chamando atenção para a necessidade de desnaturalização constante, ou seja, sempre que formos estudar um aspecto/fenômeno social é necessário antes nos afastarmos dos falsos julgamentos que já trazemos incorporados em nossas percepções. Procedendo dessa forma, um passo imprescindível para a realização de uma análise consistente é a desnaturalização daquilo que nos parece tão familiar e natural, como, por exemplo, comer com talheres, vestir determinadas roupas para certas ocasiões, respeitar os mais velhos, etc. A segunda regra que deriva da primeira regra básica (a sociedade como coisa), diz respeito ao tratamento exterior dos fatos sociais e morais. Isto significa

que, como na regra anterior, o pesquisador não pode partir do que está no seu íntimo ou no íntimo de outros observadores, mas nos aspectos exteriores que se impõem e antecedem aos indivíduos (a religião, a linguagem, as regras morais, as convenções sociais, etc.). Essa regra está inteiramente ligada à terceira: não realizar as análises sociológicas a partir das ideias que se apresentam nos indivíduos e nas duas opiniões. A esse respeito, mais uma vez são úteis as palavras do nosso autor:

Os homens não esperam o advento da ciência social para formular ideias sobre o direito, a moral, a família, o Estado e a própria sociedade; pois não podiam passar sem elas em sua existência. Ora, é sobretudo na sociologia que as pré-noções, para retomar a expressão de Bacon, estão em estado de dominar os espíritos e de se substituir às coisas. Com efeito, as coisas sociais só se realizam através dos homens; são um produto da atividade humana. Não parecem constituir outra coisa senão de ideias, inatas ou não, que trazemos em nós; não passam da aplicação dessas ideias às diversas circunstâncias que acompanham as relações dos homens entre si. A organização da família, do contrato, da repressão, do Estado, da sociedade aparecem assim como um simples desenvolvimento das ideias que formulamos a respeito da sociedade, do estado, da justiça, etc. Por conseguinte, tais fatos e outros análogos parecem não ter realidade senão nas ideias e pelas ideias; e como essas parecem o germe dos fatos, elas é que se tornam, então, a matéria peculiar à Sociologia.

O que o autor sustenta no trecho acima é que a matéria da sociologia (seu objeto empírico) são as ideias coletivas (as crenças, os valores, os costumes, as normas, etc.) que tem uma existência exterior e não se originam na experiência individual. As principais regras apresentadas e sustentadas por Durkheim compõem um ponto de partida fundamental

para consolidação e legitimação da sociologia como ciência autônoma e dotada de recursos metodológicos próprios.



Atenção

O fato de Durkheim - sobretudo nos seus primeiros escritos teóricos e metodológicos - ter se inspirado no rigor e no método aplicado pelas ciências naturais, não faz da sociologia um decalque ou uma cópia daquelas. Pelo contrario, Durkheim sabia a especificidade da ciência da sociedade e do seu objeto, por isso propor-lhe métodos e conceitos próprios, como fato social, consciência coletiva, divisão do trabalho social, entre outros. Ocorre que Durkheim, e diversos outros autores, se inspirou no modelo e no padrão científico que havia, sobretudo nas ideias do positivismo. Portanto, a inspiração inicial não levou a uma cópia, mas há algo novo e fecundo.

Do mesmo modo, o fato de Durkheim sustentar a suspensão provisória das pré-noções e dos julgamentos morais imediatos, não significa que o pesquisador e o cientista social devam ser frios e indiferentes aos grandes problemas morais do seu tempo, como, por exemplo, no nosso caso (início do século XXI), o uso da célula tronco, o aborto, os direitos ambientais para as futuras gerações e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas tão-somente que o sociólogo deve adotar uma abordagem distinta dos grupos sociais, dos indivíduos e das instituições diretamente implicada como os temas morais que lhes afetam. Desse modo, o distanciamento e a objetividade da suspensão das pré-noções abrem caminho para uma abordagem mais segura e rigorosa dos fenômenos sociais e da vida moral. Essa contribuição de Durkheim abriu caminho para o relativismo metodológico e para abordagens mais sofisticadas dos fatos morais que compõem as diversas sociedades, entre elas a nossa própria sociedade.



Para Examinar

O destaque metodológico que Durkheim confere ao tema das pré-noções é fundamental para a história do pensamento sociológico e para as ciências sociais. Imagine se o pesquisador das ciências sociais, ao buscarem pesquisar, entender, compreender e explicar certos fenômenos da vida cotidiana da sua sociedade (as manifestações políticas, a violência, os relacionamentos e as relações nas redes virtuais, as leis, a moda, entre outros) ou de outras sociedades desconhecidas, recorresse apenas ao seu juízo estético, moral, religioso, enfim, às suas pré-noções, ou, em outros termos, apenas ao seu senso comum? Certamente, se agíssemos assim, não haveria ciência social propriamente dita, mas apenas uma área da vida humana que apresenta, como todas as demais, características éticas, morais, políticas e religiosas. O postulado durkheimiano serve para preparar o pesquisador para que ele não se deixe levar pelas armadilhas da sua vivência pessoal, pois é muito fácil julgar, condenar e, portanto, avaliar algo

que não se conhece plenamente. Por exemplo, imagine se os cientistas sociais, como muitas outras pessoas da nossa sociedade, simplesmente combatessem o infanticídio? O infanticídio é a prática de conduzir a morte das crianças nos primeiros anos de vida. Trata-se de uma prática que foi e ainda é praticada por diversos grupos sociais nas mais diferentes sociedades, no tempo e no espaço. A existência dessa prática, assim como diversas outras, decorre das concepções de saúde, beleza, vigor, utilidade que os grupos sociais têm acerca das suas crianças e dos seus indivíduos. Por exemplo, entre as sociedades de caçadores e guerreiros (como foi a sociedade de Esparta, na Grécia antiga, e muitas sociedades africanas do período escravocrata colonial brasileiro e também algumas etnias indígenas no Brasil), as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência ou debilidade física eram sacrificadas, pois os pais e o conjunto daquela organização social, entendiam que, com tais limitações, essas crianças não seriam, no futuro, fortes caçadores e vigorosos guerreiros, capazes de prover a coletividade de alimentos e defender as suas terras. Esse mesmo raciocínio, distanciado e objetivo, que evita se deixar levar pelas pré-noções iniciais, também vale para outras práticas moralmente condenáveis, hoje, pela nossa sociedade. Por exemplo, Durkheim, como observaremos nas próximas unidades, pesquisou as razões sociológicas para um ato moralmente condenável pela nossa sociedade: o suicídio.

No período que o nosso autor estudou tal prática, os seus contemporâneos (pesquisadores e demais membros da sua sociedade) julgavam que o ato só poderia ser explicado recorrendo-e as razões pessoais e os problemas psicológicos enfrentados pelos indivíduos que cometiam suicídio. Olhando mais de perto e com mais rigor e atenção, Durkheim percebeu que não era bem assim. Esse exemplo serve para ilustrar que, antes de avaliarmos, julgarmos e ou condenarmos um determinado fato social com todas as nossas energias, é preciso manter certo distanciamento e evirmos as pré-noções. Esses exemplos (e muitos outros, como o aborto e o uso de drogas) explicitam dilemas morais e éticos que os indivíduos vivem (entre eles os cientistas sociais ao estudarem e pesquisarem aspectos morais centrais e tensos das suas sociedades, mesmos quando examinam outras sociedades). Dois últimos exemplos podem ser úteis para iluminar esse raciocínio. Até o final do século XIX, especialmente no Brasil, a escravidão não era vista pelas elites dominantes da sociedade brasileira, e também por grande parte das classes e grupos que compunham nossa sociedade no período, como um problema ético-moral. A escravidão era uma instituição social plenamente legitimada e naturalizada até as últimas décadas do século XIX. Hoje, a maioria das pessoas e das instituições da nossa sociedade acha um absurdo escravizar alguém em razão da cor da sua pele. Do mesmo modo, o trabalho infantil e juvenil era largamente praticado nas sociedades europeias durante o período medieval e na idade moderna, como uma forma de iniciação ao aprendizado, sendo algo bem visto e incentivado. A partir das primeiras décadas do século XX, com o avanço da industrialização nas sociedades ocidentais e as correspondentes mudanças éticas, comportamentais e

morais, o trabalho infantil e juvenil passou a ser abertamente condenado e criminalizado. Nos dois casos, caberia seguinte pergunta: o que mudou na estrutura dos códigos ético-morais nessas sociedades ao longo do tempo?



Saiba Mais

Na sociologia e nas ciências sociais, a palavra metodologia é empregada para designar uma concepção geral e uma determinada abordagem acerca dos fenômenos sociais, culturais e históricos, diferente das ciências naturais, onde o termo é utilizado para se referir a técnicas precisas e meios tecnológicos utilizados em determinados procedimentos (experimentos, teste de substâncias, comprovação da resistência de materiais, etc.). Nas ciências sociais, a metodologia diz respeito a uma tomada de posição teórica geral por parte de um determinado autor. Por exemplo, Durkheim via a sociedade como uma totalidade moral, integrada pela coesão de normas, valores e convenções. Essa totalidade era necessariamente maior do que as suas partes, os indivíduos. Essa percepção levou-a desenvolver (como veremos) o método funcionalista, onde as partes integram-se ao todo e compõem uma estrutura de funções. Desse modo, nas ciências sociais teoria e método estão profundamente ligados. A partir das especificidades da teoria e do método (materialismo histórico, em Marx; funcionalismo, em Durkheim; compreensivismo, em Weber, etc.), que, na maioria das vezes, criam objetos empíricos derivados dessas teorias e métodos, o pesquisador utiliza técnicas de pesquisa específicas: história de vida, dados estatísticos, aplicação de questionários, realização de entrevistas, utilização de imagens, estudos de caso, observação participantes, etnografias, entre outras. Essas técnicas são utilizadas para compreender certos fenômenos (a identidade de um grupo social; os interesses político-partidários; as subjetividades dos grupos sociais; as características ideológicas de um governo; as práticas e consumo; os rituais religiosos, entre tantos outros) e responder as perguntas de pesquisa (também chamados problemas de pesquisa) que os cientistas sociais vão se fazendo ao longo das suas investigações. Assim, as técnicas de pesquisa são a última etapa de um processo teórico-metodológico que se inicia desde nos primeiros contatos dos pesquisadores e estudantes com as ciências sociais – exatamente a fase em que todos vocês estão.



Glossário

Relativismo

Trata-se de uma abordagem teórica presente nas ciências humanas e sociais, bastante difundido, por exemplo, pela antropologia cultural na primeira metade do século XX. O principal aspecto consiste em relativizar os aspectos (normas, valores, instituições, hábitos, etc.) considerados mais naturais, necessários e positivos das nossas sociedades, adotando-

se sempre uma perspectiva de relativizar aquilo considerado e julgado sagrado, bom, útil e “natural”.

Objeto empírico

Trata-se uma dimensão ou fração da realidade que o pesquisador recorta para estudar e pesquisar: pode ser uma instituição, uma organização social, um partido político, um valor coletivo, a identidade cultural de um grupo, as práticas de consumo de um determinado segmento, um costume ou convenção, um partido político, uma religião, uma política pública, o governo, etc.

Problema de pesquisa

Trata-se de uma pergunta que o pesquisador elabora no início ou no decurso do seu trabalho de pesquisa. Essa pergunta é elaborada a partir da experiência e do contato do pesquisador com a teoria e com a realidade empírica. Por exemplo, Durkheim, em seu livro *O suicídio*, perguntou: Por que os protestantes se suicidam mais do que os católicos? Da mesma forma Weber indagou, em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*: por que o capitalismo surgiu na Europa ocidental no início do século XVII e não antes (no período romano) ou em outras regiões do mundo, como a China?

Disciplina ?



Acesse

Para se informar mais e problematizar melhor acerca das relações entre os fatos morais, como o infanticídio, acesse:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3862>

http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_2/debora_fanton.pdf

<http://oatd.org/oatd/record?record=oai%5C:mx.mackenzie.com.br%5C:1137>

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/41616456?uid=2&uid=4&id=21102531298727>

http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4402_2004/et2004-2arodolpho.pdf

Acerca da escravidão no Brasil e a sua naturalização durante os séculos XVIII e XIX, assista o filme *Quanto vale ou é por quilo?* Trata-se de um filme brasileiro, de 2005, de autoria do diretor Sérgio Bianchi, que narra as práticas do comércio de escravos nos séculos XVIII e XIX no Brasil, inclusive mostrando a prática entre os próprios descendentes de escravos, que, uma vez libertos, também praticavam o

comércio escravocrata. O filme estabelece um paralelo com as ações de solidariedade e assistência social realizada por algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs) no início do século XXI, no Brasil.



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Examine as principais ideias metodológicas de Durkheim, pense, reflita, pesquise e busque responder:

1. Por que naturalizamos os processos e fenômenos sociais?
2. Por que é tão difícil fugir aos julgamentos e às pré-noções?



Exercício de Aprendizagem

Comente, reflita e aplique a principal regra do método sociológico de Durkheim a algo do seu cotidiano, inteiramente “natural” e familiar.



Referências

BUDON, Raymond. **O relativismo**. São Paulo, Loyola, 2010.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia, ensino e cultura**. Perspectiva, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo, Cone Editora, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

C) O fato social como objeto da sociologia

No livro *As regras do método sociológico*, Durkheim deixou claro que os fatos sociais constituem o objeto da sociologia. Os fatos são as coisas sociais que, independente das vontades individuais, compõem a dinâmica e a vida das sociedades. Os fatos sociais cercam o nosso cotidiano e fornecem a densidade da existência coletiva. O autor define os fatos sociais a partir de três características elementares: 1) todo fato social é exterior; 2) todo fato social é geral; 3) todo fato social é coercitivo. Para que um fato social, de fato, exista é preciso que esses três aspectos sejam conjugados. O primeiro aspecto, antes apresentado e discutido, define a exterioridade como os aspectos sociais que se impõem aos indivíduos e antecedem os mesmos. Por exemplo, a linguagem escrita ou oral não foi criada por nenhum indivíduo em particular, mas antes por um processo social histórico, feito de idas e vindas até que um determinado padrão de falar e escrever se consolidasse, como o português falado e escrito entre nós. Quando nascemos esse padrão já estava consolidado e em pleno funcionamento. Continuemos nesse mesmo exemplo para abordar a segunda característica do fato social, a generalidade. A língua portuguesa, sobretudo a que é praticada no Brasil (no seu padrão oral e escrito), não é falada apenas por um grupo ou segmento da sociedade brasileira, mas pela maioria absoluta dos brasileiros, ou seja, a grande maioria. Aquilo que é geral, no entanto, não significa que seja a totalidade, mas sim uma grande parcela e que tal aspecto (no caso, a linguagem) possuam grande abrangência e generalização. No caso da linguagem, ela não é um fenômeno que se espalha e está presente na totalidade da sociedade brasileira, uma vez que muitos grupos que aqui residem não falam e/ou não escrevem português, por isso o fato social se refere aquilo que é geral. Por fim, o terceiro aspecto, a coercitividade, que, como os demais, é fácil de identificar. Continuando no mesmo exemplo. Se o autor deste texto (o professor conteudista) não utiliza corretamente a norma culta da língua, logo será advertido, criticado ou

repreendido por seus colegas, alunos e leitores de um modo geral. Esse aspecto constitui o caráter coercitivo de todo fato social, ou seja, a sociedade, na forma de um grupo específico (professores, alunos, etc.) coage o autor do texto, cobrando-lhe e exigindo-lhe que adote o padrão correto da escrita.

O exemplo da linguagem e das três características do fato social ligadas a ela pode ser estendido para uma série infinita de outros fatos sociais, como, por exemplo, a doção de um traje inadequado para uma determinada cerimônia ou evento social (traje esportivo para um casamento); o uso de determinados símbolos que afronta um certo grupo ou coletividade (uma camisa de futebol do Flamengo na torcida do Vasco ou do CRB na torcida do CSA, e vice-versa). Os fatos sociais mais estudados por Durkheim foram a divisão do trabalho social, o direito, a religião e os fatos morais, como, por exemplo, o suicídio. Apenas mais um exemplo, bastante palatável. A rede mundial de computadores, a internet, que cria as condições para que a nossa disciplina e o nosso curso exista, constitui um fato social. Antes da internet e, por conseguinte, das tecnologias de comunicação e informação, havia cursos à distância. Esses cursos a distância, muito presentes nos anos 70 e 80, também constituíam fatos sociais, mas a internet disseminou e aprimorou os cursos a distância, conferindo um caráter mais geral a esse fato social. A internet é hoje um poderoso fato social, pois abriga diversos tipos de relações sociais, tensões, sociabilidades, experiências, mas sobretudo, pensando a partir de Durkheim, evidencia uma exterioridade, uma generalidade e uma coercitividade. A primeira decorre da sua anterioridade, não fomos nós que criamos a internet, assim como não dispomos de recursos para controlá-la; a segunda característica deriva da sua abrangência, não só pelo Brasil, mas por todo o globo, embora não seja um fenômeno total, pois muitos grupos sociais e coletividades mundo a fora não ainda não conhecem e não utilizam a internet; por fim, a última característica, a coercitividade, se aplica, neste caso, aos controles que os grupos sociais fazem do espaço virtual. Por exemplo, aqui na educação à distância, os professores e tutores e, em muitos casos, os próprios colegas, esperam dos estudantes participação, empenho, iniciativa e disciplina, mas, em outros ambientes virtuais (redes sociais, salas de

jogos eletrônicos, etc.) as posturas exigidas são outras, pois seguem outras normas. Desse modo, se você deixa de atuar e se portar segundo as expectativas desses grupos, logo se sofre uma coerção, um constrangimento, uma advertência. Essas três características dos fatos sociais (exterioridade, generalidade e coercitividade) estão presentes em diversos outros fatos sociais: na moda, no futebol, na alimentação, nas crenças religiosas, nas convenções sociais, nas regras familiares, nos rituais civis e religiosos, etc. Como dissemos no início, embora pareça demasiado abstrata, a sociologia é bastante concreta e empírica. Seus conceitos servem para compreender o nosso cotidiano mais elementar e prosaico.

Para Durkheim, um fato social só pode ser explicado e entendido a partir de outro fato social. Ou seja, não se devem buscar as explicações para um fenômeno social (como as razões pelas quais as pessoas se suicidam ou as religiões que, embora preguem a paz, entram em conflitos frequentes) nos fenômenos naturais, mas sim na própria sociedade. Para tanto, é necessário comparar os fatos sociais (uma costume na sociedade brasileira e o mesmo costume na sociedade chinesa) e procurar as relações entre os mesmos. Somente desse modo, segundo o nosso autor, se estabelece um raciocínio sociológico constante e permanente, que habilita o pesquisador a compreender e explicar os principais fatos sociais de uma determinada sociedade. Por outro lado, só se entende e explica um determinado fato social (um proibição social, por exemplo) a partir de outro fato social (uma permissão).

Fizemos ver que um fato social não pode ser explicado senão por outro fato social e, ao mesmo tempo, mostramos como esse tipo de explicação é possível ao assinalar no meio social interno o motor da evolução coletiva. A sociologia não é, pois, o anexo de qualquer outra ciência; é, ela mesma, uma ciência distinta e autônoma, e o sentimento do que tem de especial a realidade social é de tal maneira necessário ao sociólogo, que apenas uma cultura especialmente sociológica pode prepara-lo para a compreensão dos fatos sociais.

Todo fato social é, necessariamente, um fato moral. Como tal, ele é exterior, geral e coercitivo. A coerção é, com efeito, o aspecto mais evidente, constrangedor e embaraçoso do fato moral, pois exerce uma pressão e uma coerção evidente (seja uma advertência verbal, uma punição pecuniária, uma sanção administrativa, até o encarceramento e, em alguns países, a pena de morte), mas os fatos morais também exercem o desejo de serem cumpridos, ou seja, as pessoas se sentem retribuídas e gratificadas no cumprimento dos fatos morais. Em outros termos: os fatos morais também são vistos como recompensas agradáveis e necessárias, que, na grane maioria das vezes, realizamos e cumprimos espontaneamente. Durkheim destaca que os grandes valores e crenças das sociedades modernas (como a democracia, o individualismo, a liberdade política e religiosa, etc.) são fatos sociais que, simultaneamente, coagem os grupos e produzem gratificações naqueles grupos que os cumprem e/ou lutam pelo seu cumprimento. Desse modo, os fatos morais e as normas sociais tanto coagem os indivíduos, como são desejados e vistos como necessários. Nesse aspecto, Durkheim contesta a afirmação do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, que cunhou a celebre frase: “o homem é bom, a sociedade é que o corrompe”. Durkheim diz: tanto a noção positiva de homem, quanto à noção negativa de corrupção, são fatos morais criados pela sociedade. Portanto, não existe – como sugere a frase de Rousseau – um homem (indivíduo) que antecede a existência da sociedade: o processo de humanização, individualização, socialização e moralização dos indivíduos, desde o nascimento até a morte, ocorrem na sociedade e através da sociedade, a partir dos grupos sociais aos quais pertencem o indivíduo, primeiro como uma criança, depois como jovem, mais a frente como adulto, e, finalmente, como idoso. Assim, a própria noção de indivíduo (positiva em alguns grupos, negativa em outros) e individualidade é construída e elaborada pela e através da sociedade, no caso a sociedades modernas ocidentais.

Ao mesmo tempo em que as instituições se impõem a nós, aderimos a elas; elas comandam

e nós as queremos; elas nos constroem, e nós encontramos vantagem em seu funcionamento e no próprio constrangimento (...) Talvez não existam práticas coletivas que deixem de exercer sobre nós essa ação dupla, a qual, além do mais, não é contraditória senão na aparência.

(...) A reconstituição moral não pode ser obtida senão por meio de reuniões, de assembleias, de congregações onde os indivíduos, estreitamente próximos uns dos outros, reafirmam em comum seus sentimentos comuns, daí as cerimônias que, por seu objeto, pelos resultados que produzem, pelos procedimentos que empregam, não diferem em natureza das cerimônias propriamente religiosas. Qual é a diferença fundamental entre uma assembleia de cristãos as datas principais da vida de Cristo, ou de um judeu celebrando a saída do Egito ou a promulgação do Decálogo, e uma reunião de cidadãos comemorando a instituição de uma nova constituição moral ou algum grande acontecimento da vida nacional.



Atenção

Como se pode depreender a partir da citação acima de Durkheim, os fatos morais e sociais envolvem a construção de valores e de códigos ético-morais, cuja forma se dá a partir do contato dos indivíduos e do aumento da coesão entre esses e os seus grupos: cristãos, judeus, cidadãos de um determinado país, etc. Podemos incorporar a sugestão de Durkheim para pensar um novo processo (absolutamente contemporâneo e da ordem do dia) de construção dos fatos morais: a indignação e a crítica política exercida e produzida nas redes sociais virtuais. Durkheim pensava nos fatos sociais e morais ganhando força, densidade e efervescência a partir das reuniões e contatos dos indivíduos, hoje podemos pensar nesses mesmos processos a partir do ambiente virtual, na ausência do contato físico, que, muitas vezes, só se realizam depois das aproximações e dos contatos virtuais, como foram os protestos que tomara as ruas em diversas cidades brasileiras no último mês de junho. É importante assinalar que, nas ciências sociais, os conceitos têm a função revelar, descrever e explicar os fenômenos sociais empíricos. Nesse caso, os conceitos referem-se sempre aos dados da vida empírica concreta (uma crença, um valor coletivo, uma tensão, um conflito social, um código moral, etc.), não são simplesmente palavras, muitas vezes vazias e escolhidas aleatoriamente. A construção de um conceito (como fato social e tantos outros que serão abordados neste e em outras disciplinas) envolve um processo de reflexão, de pesquisa e aprendizado.



Acesse

Pesquisa e busque mais informações sobre os fatos sociais e morais, acesse:

http://saojose.palotinas.com.br/files/media/144b4_eMILE%20DURKHEIM.pdf

Veja o filme *O amante da rainha*. Trata-se de um filme alemão, de 2012, dirigido por Nicolaj Arcel, narra a história afetiva e amorosa de Rainha da Dinamarca e do médico do seu marido, o rei. A trama se desenvolve em meio às transformações políticas, éticas e morais na corte dinamarquesa, evidenciando as transformações morais e políticas que as cortes europeias viviam por conta das influências do iluminismo.

Veja o filme *Lincoln*. É um longa-metragem norte-americano, de 2012, dirigido por Stiven Spielberg. Narra o processo político-moral de votação e aprovação da emenda constitucional que libertava os escravos e proibia a escravidão no território dos Estados Unidos da América. O filme mostra como as formas de moralidade e valores variam no tempo e no espaço, permitindo compreender como e por que os escravos não eram vistos seres humanos e cidadão, o que, hoje, soa como algo inteiramente inaceitável e condenável. Por meio da trama, é possível fazer uma série de reflexões sociológicas, que contribuem para a assimilação de alguns dos conceitos tratados por Durkheim.



Saiba Mais

O conceito de fatos social e as principais análises de Durkheim deram origem a Escola Francesa de Sociologia, que contou, entre outros, com nomes proeminentes, como Marcel Mauss (importante sociólogo e etnólogo francês) e Claud Lévi-Strauss (um dos nomes mais importantes da teoria antropológica no século XX). Esse último, durante os anos 50, 60 e 70, foi um dos autores mais lidos das ciências sociais, representante máximo da teoria estruturalista, especialmente no âmbito da antropologia. Ainda bastante jovem, nos anos 30 do século passado, Lévi-Strauss atuou como professor e pesquisador da recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Os conceitos de Durkheim também influenciaram outros autores fora da França e da Europa, como o sociólogo americano Talcott Parsons, que, entre os anos 40 e 60 do século XX, foi o autor mais lido da teoria sociológica, representante máximo da teoria estrutural-funcionalista norte-americana.



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Seja criativo: pense, se pergunte, investigue e imagine:

1. Quais os fatos sociais que mais caracterizam o seu cotidiano?
2. Destaque um fato social que você identificou após o estudo deste conceito?
3. Qual o fato social que mais lhe causa estranheza e aquele que você acha mais natural?



Exercício de Aprendizagem

Comente, descreva e analise um fato social que ao mesmo tempo que lhe constrange e lhe conforta.

Disciplina ?

UNIDADE 2:

Disciplina ?

Os temas centrais da obra de Durkheim e a operacionalização do método



Metas da Aula

Nesta unidade, espera-se que o estudante apreenda o teor das principais análises de Durkheim acerca dos principais temas presentes na sua obra. Uma vez já tendo abordado na unidade anterior alguns dos conceitos do autor e os principais aspectos da sua metodologia, é possível compreender, agora, a operacionalização do método do autor. Para tanto, o estudante deve exercitar o seu poder de abstração e imaginação, desenvolvendo a capacidade de, simultaneamente, utilizar os conceitos à sua realidade individual e social imediata e a realidades distantes no tempo e no espaço.

a) A divisão do trabalho social

O tema da divisão do trabalho ocupou grande espaço da reflexão de Durkheim. A partir do livro *Da divisão do trabalho social* (1893), o autor cunhou uma interpretação específica do processo de emergência das sociedades urbano-industriais do final do século XIX e início do século XX. No livro Durkheim busca indicar o processo de transformação e transição das sociedades organizadas e estruturadas sob a forma da *solidariedade mecânica* e as sociedades organizadas na forma da *solidariedade orgânica*. A palavra solidariedade aqui não guarda semelhança com o adjetivo solidário ou fraterno. A palavra solidariedade designa, na reflexão do autor, a coesão social, ou seja, as distintas formas de *coesão social* existentes em diferentes sociedades e em estágios distintos de sua dinâmica no tempo e no espaço. A coesão, por sua vez, designa o modo como as partes de uma sociedade (os indivíduos, as classes, os grupos, as instituições, as famílias, etc.) estão ligadas entre si. Toda sociedade apresenta uma forma de *coesão* ou *solidariedade*, resta saber se essa coesão e baixa ou elevada. Ou seja, resta saber de que modo as partes do todo social estão ligadas e relacionadas entre si; se em um nível em que as partes podem existir e se desenvolver relativamente independentes umas em relação as outras (como durante o alta idade média, em que os feudos e as vilas viviam relativamente independentes) ou se em um estreito

grau de interdependência (como nas sociedades urbano-industrias modernas).

Durkheim estabelece e analisa dois tipos básicos de solidariedade (coesão): a *solidariedade mecânica* e a *solidariedade orgânica*. No primeiro tipo as normas, os valores e os indivíduos estão ligados entre si de maneira direta, não há mediação social. O espaço para a liberdade e para o desenvolvimento da personalidade individual é mínimo, daí o qualificativo *mecânico*, pois, segundo Durkheim, nessas sociedades as reciprocidades (as ligações) entre as normas (os fatos morais e sociais) são diretas e mais simples. À medida que, paulatinamente, começa a ocorrer certa divisão do trabalho (existência de instituições econômicas, políticas, profissionais, etc.), a coesão entre as partes dessa sociedade começam também a se alterar. De acordo com Durkheim, os seres humanos têm dois tipos de personalidade: uma individual e outra coletiva. A personalidade individual se elabora a medida que a parcela da personalidade coletiva diminui. Esse fato só ocorre quando as sociedades são marcadas pela divisão do trabalho (*solidariedade orgânica*), ou seja, quando a integração das partes é complexa, difusa e muito impessoal, sobrando espaço e recursos para os indivíduos se individualizarem. A personalidade coletiva que nos temos (e que é muito forte nas sociedades marcadas pela *solidariedade mecânica*) é a sociedade vivendo dentro de nós, é a parcela que todos nós temos da vida das normas, das regras, dos fatos sociais e morais. A socióloga Tânia Quinteiro, define da seguinte maneira a solidariedade mecânica:

O indivíduo não se pertence, é “literalmente uma coisa que a sociedade dispõe”. A solidariedade é chamada mecânica quando “liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário”, constituindo-se de um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os membros dos grupos: é o chamado tipo coletivo. Isso significa que não encontramos ali aquelas características que diferenciam tão nitidamente uns dos outros os membros de uma sociedade, a ponto de podermos chama-los de

indivíduos. Suas consciências se assemelham, eles são pouco ou quase nada desiguais entre si e por isso a solidariedade entre eles deve-se às similitudes que partilham. Até mesmo a propriedade de bens não pode ser individual, o que só vem a acontecer quando o indivíduo desliga-se da massa.

As sociedades e os grupos que apresentam (ou apresentavam) a solidariedade mecânica são as *hordas*, os *clãs* e as *tribos* compostas por uma baixa divisão social do trabalho, onde predominava muito mais uma divisão sexual do trabalho. Com as transformações comerciais, econômicas e políticas vividas pela Europa desde o século XVI, notadamente a emergência da industrialização e urbanização das cidades, a divisão do trabalho tornou-se o principal vetor (a causa) de formação da coesão (solidariedade orgânica) das sociedades modernas. Durkheim tona essa causa como um guia para compreender e explicar as principais características das sociedades modernas do final do século XIX e início do século XX, entre elas, a própria sociedade francesa, na qual ele vivia. A divisão do trabalho é o principal fato social (exterior, geral e coercitivo) que caracteriza as sociedades organizadas na forma da *solidariedade orgânica*. A divisão do trabalho é gerada, em grande medida, pelas transformações econômicas e comerciais. No século XIX, a principal mudança econômica foi engendrada pela primeira e a segunda revolução industrial. Todavia, a divisão do trabalho social não fica restrita a organização da economia industrial e os mercados capitalistas, ela se espalha por outros aspectos e setores da vida sociocultural: o governo, a religião, a família, as corporações profissionais, a educação, etc. Esses eventos concorreram para criar, segundo Durkheim, sociedades marcadamente interdependentes entre si, ou seja, em que as partes que a compõem (o sistema de transporte urbano, a economia monetária, as trocas econômicas, os serviços governamentais, as corporações profissionais, as famílias, o direito, o governo, etc.) cada vez mais dependem umas das outras. Qualquer alteração e/ou transformações em uma (a introdução de um novo meio de transporte ou a aprovação de uma nova) produz um impacto imediato em outro

domínio da vida social e em seus indivíduos. Exatamente por esse aspecto Durkheim chama essa forma de organização social ou coesão de orgânica, pois, tal qual um complexo organismo biológico (como o corpo humano), cada órgão, tecido ou parte dessa totalidade depende das demais para continuar funcionando e existindo. Conclui-se, de acordo com Durkheim, que a ligação entre as partes dessa sociedade (os indivíduos entre si e as instituições) é mais complexa, impessoal e dinâmica. Esses aspectos, por um lado, torna os indivíduos e as instituições muito mais dependentes entre si (uma rede de interdependência), e, por outro, permite que as mediações difusas, impessoais e complexas entre as partes permitam uma maior individualização dos indivíduos. Ainda segundo o nosso autor, o individualismo e o valor atribuído à liberdade individual seria um fato moral central das sociedades organizadas na forma da *solidariedade orgânica*, constituindo uma verdadeira religião moderna. Novamente as palavras de Tânia Quinteiro - presentes em um trecho bastante elucidativo sobre Durkheim no seu livro Um toque de clássicos – podem ser bastante elucidativas.

A condensação da sociedade, ao multiplicar as relações intersociais, leva ao processo de divisão do trabalho. À medida que se acentua a divisão do trabalho social, a solidariedade se reduz e é regularmente substituída por uma nova: a solidariedade orgânica ou derivada da divisão do trabalho. Institui-se então um processo de individualização dos membros dessa sociedade que passam a ser solidários por terem uma esfera própria de ação. Com isso ocorre uma interdependência entre todos e cada um dos demais membros que compõem tal sociedade. A função da divisão do trabalho é, enfim, a de integrar o corpo social, assegurando-lhe unidade. É, portanto, uma condição de existência da sociedade organizada, uma necessidade. Sendo essa sociedade um sistema de funções diferentes e “especiais”, onde cada órgão tem um papel diferenciado, a função que o indivíduo desempenha é o que marca o seu lugar

na sociedade, e os órgãos formados por pessoas unidas por afinidades especiais tornam-se órgão e “chegará um dia em que toda organização social e política terá uma base exclusivamente ou quase exclusivamente profissional”. Daí deriva a ideia de que a individualização é um processo intimamente ligado a divisão do trabalho social e uma classe de consciência que ocupa o lugar da sociedade comum e que só ocorre quando os membros da sociedade se diferenciam. É esse mesmo processo eu os torna interdependentes. Segundo Durkheim, somente existem indivíduos no sentido moderno da expressão quando se vive numa sociedade altamente diferenciada, ou seja, onde a divisão do trabalho está presente a na qual a consciência coletiva ocupa um espaço já muito reduzido em face da consciência individual.

De acordo com Durkheim, o direito e o sistema jurídico de um a sociedade é um claro indicador do grau de divisão do trabalho de uma determinada sociedade, assim como um guia para se compreender a existência de certos fatos morais. Nas sociedades organizadas sob a forma da *solidariedade mecânica* (ligação direta entre as partes e com pouca individualização), há a predominância do direito repressivo, cujo conteúdo e as normas são conhecidos e transmitidos pelos costumes: religiosos, familiares e morais. Nesse caso, as sanções são pensadas e praticadas diretamente pelos costumes, incidindo diretamente sobre o indivíduo que praticou algum delito. Na maioria das vezes, esse delito é punido com a aplicação de uma norma executada diretamente pela coletividade, sem a mediação de um corpo de representantes legais especializados (juízes, promotores, tribunais, especialistas, etc.). Ou seja, nessas sociedades há a apenas a existência de um conjunto de sanções diretas que, em última instância, visam reparar a sociedade (a *consciência coletiva*) de uma afronta ou crime cometido: um roubo, um adultério, um assassinato, etc. As sanções são aplicadas, pois, para reparar a consciência coletiva, que foi ferida e lesada. A sanção existe e tem a

função de reintegrar a consciência coletiva ferida, mantendo sua coesão moral.

Nas sociedades marcadas pela *solidariedade orgânica* (ligação impessoal e indireta entre as partes, o que as torna mais interdependente entre si) continua existindo as normas que incidem diretamente sobre o indivíduo, ou seja, as *normas repressivas*, que compõem o direito penal. Essas normas, segundo Durkheim, constituem o coração da sociedade, pois conferem coesão à *consciência coletiva*. Toda vez que ela é ferida (crime hediondo, chacinas coletivas, assassinato de crianças ou idosos, estupro, entre outros) a consciência exige a sua imediata reparação, é uma espécie de vingança que a sociedade cobra, aplicando sanções como a pena de morte, a prisão perpétua ou a prisão por longo tempo. No entanto, na *solidariedade orgânica*, existe um conjunto de regras e normas que são de ordem *restritiva*, que buscam reparar os indivíduos de danos causados, objetivando voltar à situação anterior ao delito ou crime. Essas normas restritivas são resultado da divisão do trabalho social, e quando elas são feridas não atingem a *consciência coletiva*, mas uma parte da sociedade e os indivíduos. Pertencem as normas restritivas, por exemplo, os ramos do direito comercial, constitucional e civil. Nesses ramos do direito as normas buscam, portanto, preservar e restabelecer as relações que existiam antes do dano ou do crime cometido. Essas normas restritivas são ausentes na solidariedade mecânica e exprimem a divisão do trabalho e a existência da propriedade privada (terras, bens, indústrias, fábricas, locas, etc.), práticas e relações comerciais disseminadas, relações governamentais entre os governos e os cidadãos, etc.

É preciso, por fim, assinalar, como observa Durkheim, que, tanto na *solidariedade mecânica* quanto na *solidariedade orgânica*, o crime tem a função de avivar e fortalecer a coesão social por meio de uma resposta desferida pela consciência coletiva, que foi ferida e lesada em sua unidade moral. Nesse sentido, observa o autor, o crime é perfeitamente comum e recorrente nas diversas sociedades, no tempo e no espaço, variando de acordo com as características religiosas, morais, econômicas, políticas e jurídicas de cada sociedade.



Para Examinar

A divisão do trabalho social local no nosso cotidiano e no conjunto das relações profissionais, educacionais e tecnológicas que desenvolvemos e realizamos. A própria existência do curso de ciências sociais à distância oferecido pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no Estado de Alagoas, em distintos polos regionais do Estado, constitui um exemplo claro da divisão do trabalho. A existência desse curso busca formar profissionais, professores e pesquisadores, qualificados para suprir determinadas demandas regionais e locais, em um momento histórico e social de grande exigência por qualificação profissional e educacional no mundo contemporâneo, marcado por grandes transformações tecnológicas, comunicacionais e políticas.



Atenção

O fato de Durkheim - sobretudo nos seus primeiros escritos teóricos e metodológicos - ter se inspirado no rigor e no método aplicado pelas ciências naturais, não faz da sociologia um decalque ou uma cópia daquelas. Pelo contrário, Durkheim sabia a especificidade da ciência da sociedade e do seu objeto, por isso propôs-lhe métodos e conceitos próprios, como fato social, consciência coletiva, divisão do trabalho social, entre outros. Ocorre que Durkheim, e diversos outros autores, se inspirou no modelo e no padrão científico que havia, sobretudo nas ideias do positivismo. Portanto, a inspiração inicial não levou a uma cópia, mas há algo novo e fecundo.

Do mesmo modo, o fato de Durkheim sustentar a suspensão provisória das pré-noções e dos julgamentos morais imediatos, não significa que o pesquisador e o cientista social devam ser frios e indiferentes aos grandes problemas morais do seu tempo, como, por exemplo, no nosso caso (início do século XXI), o uso da célula tronco, o aborto, os direitos ambientais para as futuras gerações e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas tão-somente que o sociólogo deve adotar uma abordagem distinta dos grupos sociais, dos indivíduos e das instituições diretamente implicada como os temas morais que lhes afetam. Desse modo, o distanciamento e a objetividade da suspensão das pré-noções abrem caminho para uma abordagem mais segura e rigorosa dos fenômenos sociais e da vida moral. Essa contribuição de Durkheim abriu caminho para o relativismo metodológico e para abordagens mais sofisticadas dos fatos morais que compõem as diversas sociedades, entre elas a nossa própria sociedade.



Acesse

http://sociobox.files.wordpress.com/2008/03/durkheim_slides.pdf

Filme A rede social.

Trata-se de um filme norte-americano, lançado em 2010 e dirigido por David Fincher. Narra a trajetória de Mark Zuckerberg, criador da rede social facebook, em maio a tensões afetivas, interesses econômicos e muitas intrigas pessoais e tecnológicas.



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Refleta, indague e busque responder as seguintes indagações:

A princípio, pode parecer que, com o advento da solidariedade (coesão) orgânica, e, por conseguinte, com a redução da consciência coletiva, a própria sociedade moderna se desintegraria. Por que isso não ocorreu?

A rede mundial de computadores e as diversas redes sociais constituem novas partes que elevam o grau de interdependência social, aumentando assim a integração e a coesão entre as partes e, ao mesmo tempo, permitindo o aumento do espaço das individualidades. Como podemos pensar a internet como um novo fator de aumento da *solidariedade orgânica*?

Busque relacionar as diversas atividades realizadas hoje na internet com a intensificação da divisão do trabalho; em que medida a internet reforça a divisão do trabalho?



Exercício de Aprendizagem

Apresente, analise e comente um exemplo de norma repressiva existente na sua sociedade.

Apresente, analise e comente um exemplo de norma restritiva na sua sociedade.

Apresente, analise e comente um exemplo de um fato ocorrido que tenha ferido e mobilizado a consciência coletiva da sociedade brasileira.



Referências

RODRIGUES, José Alberto. **Durkheim**. Coleção grandes cientistas sociais. Ática, São Paulo, 2008.

Quinteiro, Tânia. **Um Toque de clássicos**. Belo Horizonte. UFMG, 2002.

b) O suicídio

Em 1897 Durkheim publicou o que muitos autores e comentadores classificam como a primeira monografia sociológica exemplar: o livro *O suicídio*. Todos os aspectos teóricos e metodológicos desenvolvidos por Durkheim apresentados e discutidos até agora foram empregados para realizar a pesquisa acerca do suicídio na Europa. O suicídio é um fato social moral, pois é expressamente condenado pela religião cristã (predominante na Europa do século XIX e também nos dias de hoje); a sua intensidade e recorrência variam de acordo com outros fatos sociais (divisão do trabalho, circunstâncias históricas, crises, etc.); e, por fim, a sua existência não decorre apenas de aspectos psicológicos (doenças mentais, inclinações individuais, distúrbios de personalidade, etc.), mas também de razões sociológicas perfeitamente inidentificáveis, mensuráveis e explicáveis. Era esse exatamente o propósito de Durkheim ao fazer do suicídio um objeto de estudo da sociologia, ou seja, tomá-lo como uma *coisa exterior*, que poderia - afastando-se os pré-julgamentos morais e as pré-noções - ser explicado também sociologicamente, e não apenas psicologicamente. Para tanto, Durkheim cruzou uma série de dados estatísticos, obtidos juntos aos órgãos policiais, aos hospitais, a imprensa e aos governos de países como a França, a Alemanha e a Inglaterra. No âmbito da sociologia, Durkheim foi o primeiro autor a realizar um vasto e extenso levantamento estatístico com dados secundários (que ele recolheu já prontos e organizados) e primários (que ele mesmo organizou e tabulou). Entre outras questões, Durkheim buscava responder: por que ocorrem suicídios em tempo de crises (guerras, falências, catástrofes naturais, etc.); por que entre determinadas religiões o número de suicídios é mais elevado e, por fim, por que entre as sociedades organizadas na forma da solidariedade orgânica existe uma maior propensão para o suicídio?

Ao longo do livro Durkheim busca responder a essas e a outras indagações. É importante compreender que o autor não está negando que existam razões inteiramente individuais e psicológicas para a realização de determinados suicídios, mas sim que o mesmo não pode ser entendido e explicado

única e exclusivamente a partir de aspectos psicológicas e mentais. Ao fazer do suicídio um fenômeno sociológico, Durkheim contribuiu bastante para aprimorar os métodos de investigação nas ciências sociais, assim como para fornecer uma explicação sofisticada e inovadora para um fenômeno tão complexo e até então explicado apenas a partir de razões psicológicas (que elevavam em conta causas como depressão, doença mental, distúrbios, etc.). Para demonstrar os aspectos sociológicos presentes no suicídio, o autor constrói o conceito de *correntes suicidogêneas*. De acordo com Tânia Quintero, tal conceito busca explicar:

Daí procurará demonstrar de que modo o conjunto desses fenômenos poderá ser tomado como um fato novo e sui generis, resultante de fatores de origem social que chama de correntes suicidogêneas, verdadeiros estímulos que atuam sobre os indivíduos, exortando-os, exigindo-lhes ou possibilitando que eles procurem a própria morte. Com base no exame de estatísticas europeias, o autor argumenta que a evolução do suicídio dá por ondas de movimento que constituem taxas nacionais constantes durante longos períodos, embora variem de uma para outra sociedade. Como propugna em seu método, deve-se começar por uma definição objetiva de suicídio – “todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir esse resultado”. Delimitando o fato que se pretende estudar, passa-se a considerá-lo um fenômeno coletivo, tomando dados relativos a sociedade onde ocorrem para encontrar regularidade e construir uma taxa específica para cada uma delas. A partir de uma tipologia dos suicidas, Durkheim procurou, uma vez mais, distinguir a Sociologia de outras ciências que têm o homem como objeto. Portanto, aqueles que procuram explicar o suicídio com base em casos isolados não chegam às suas causas duradoras que é exterior aos indivíduos. Cada

grupo social tem uma disposição coletiva para suicídio, e desta derivam as inclinações individuais.

Disciplina ?

Em geral, Durkheim identificou e classificou três correntes de suicidas: a corrente egoísta, a corrente altruísta e a corrente anômica. Cada uma dessas três correntes é explicada a partir de características religiosas, morais, de coesão, a partir de eventos históricos e integração social. O primeiro tipo é o *suicídio altruísta*. Essa modalidade de suicídio decorre – principalmente na *solidariedade mecânica* – de obrigações morais e cumprimento da honra, onde é costume o auto sacrifício em nome da preservação da coesão social. Por exemplo, nas sociedades de caçadores e guerreiros era comum os homens idosos, com dificuldades de cumprir as suas tarefas, cometer o suicídio. Do mesmo modo, as viúvas, uma vez que perderam os seus maridos, também cometiam o suicídio. A morte de um líder religioso e carismático também era motivo para seguir o líder, cometendo assim o suicídio. Nesse tipo específico o suicídio é visto pelos indivíduos como o cumprimento honroso de uma norma coletiva, incentivada e recorrente entre os grupos militares, familiares, religiosos e coletivos dos quais os indivíduos suicidas fazem parte. Nesse caso, como apontamos na primeira unidade, o indivíduo não lhe pertence, a *consciência coletiva* é muito forte e impele os indivíduos à prática do suicídio. Ou seja, mesmo parecendo algo contraditório, as normas que regulam o suicídio são ao mesmo tempo coercitivas e desejadas, como qualquer outro fato social.

O segundo tipo identificado por Durkheim é o *suicídio egoísta*. Neste caso, ao contrário do caso anterior, indivíduo comete o suicídio porque não encontra regras e normas morais que o amparem e forneçam um senso de orientação para a sua vida. É como se a sociedade não conseguisse envolver o indivíduo em suas malhas, integrando-o em seus preceitos religiosos, políticos, jurídicos morais. Durkheim assinala que esse tipo de suicídio é muito mais comum nas sociedades marcadas pela *solidariedade orgânicas*, sobretudo naquelas marcadas por uma divisão social do trabalho. Nessas sociedades, o excesso de divisão do trabalho distancia os indivíduos entre si, aproximando-os de um conjunto de

instituições corporativas e profissionais (como os sindicatos e as associações de classe), cuja densidade moral não preenche e envolvem os indivíduos da mesma maneira do que na religião, na família e nos costumes tradicionais. Como, para Durkheim, as instituições corporativas e profissionais não forneciam aos indivíduos a mesma segurança moral e normativa da família, da religião e dos costumes (*solidariedade orgânica*), havia uma maior propensão do suicídio egoísta nas sociedades modernas marcadas pela *solidariedade orgânica*.

O terceiro e último tipo de suicídio é o *suicídio anômico*. Esse tipo pode ocorrer nas duas formas de solidariedade, embora seja muito mais comum na *solidariedade orgânica*. Nesse caso, a ausência total de desregramento e ausência normativa da sociedade leva o indivíduo a cometer o suicídio. Para Durkheim, a *anomia* é um estado de desaparecimento da sociedade (da consciência coletiva), de ausência normativa que regule as ações e as práticas dos indivíduos. Esse estado de ausência generalizada da norma e da personalidade social gera um vazio normativo desestabilizador, que compromete a integração e a coesão social. O estado de *anomia* pode ocorrer por conta de grandes conflitos militares, crises financeiras e tragédias coletivas de um modo geral. Um exemplo claro, de ordem financeira, foi a crise econômica de 1929, que atirou milhares de pessoas prosperas (ricos empresários, industriais, profissionais liberais e trabalhadores em geral) na pobreza e na miséria. Esse evento gerou diversos suicídios. De acordo com Durkheim, é muito mais difícil para um indivíduo rico e abastado lidar com a perda material e, portanto, com a adaptação à pobreza e à privação, do que para outro indivíduo habituado a experimentar a miséria. Durante a crise de 1929, diversos empresários se viram em falência, sem condições e meios de honrar compromissos comerciais, outro fator desencadeador de suicídios ligado ao mesmo tipo anômico. A excessiva divisão do trabalho social, o processo de individualização, as lutas entre o capital e o trabalho, as recorrentes crises financeiras e comerciais, as ameaças de conflitos militares, entre outros aspectos, tornaram as sociedades modernas, segundo Durkheim, permeadas por estados de *anomia*. Logo, esse tipo de suicídio também se tornou mais recorrente nessas sociedades.



Para Examinar

O suicídio altruísta também ocorre entre as sociedades marcadas pela *solidariedade orgânica*, ele não é exclusividade da *solidariedade mecânica*. No Japão e na China, por exemplo, entre os altos funcionários do governo, os empresários e pessoas públicas são relativamente comuns o suicídio quando são envolvidos em escândalos de corrupção, fraude, falência ou atos considerados desonrosos. Entre os militares esse tipo de suicídio ainda é mais comum. Por exemplo, durante a II Guerra Mundial os pilotos da Força Aérea Japonesa eram conhecidos como Kamikasi. Os pilotos Kamikasi se lançavam diretamente contra os navios inimigos nas águas do Oceano Pacífico nos meses finais da guerra. Como não possuíam combustível suficiente para retornar às suas bases e nem armas suficientes para destruir os navios aliados, os pilotos japoneses utilizavam os próprios aviões como armas. Essa foi uma prática recorrente, incentivada por uma moral militar interna e realizada por diversos pilotos.



Atenção

Ao assinalar que havia maior propensão para o suicídio nas sociedades modernas, profundamente marcadas pela divisão do trabalho, Durkheim não estava se manifestando contra esse aspecto da vida moderna, nem tampouco questionando a sua validade moral. Nosso autor sabia perfeitamente que a divisão do trabalho era algo irrevogável e inevitável, presente e imprescindível na vida das sociedades modernas, o que ele defendia era uma moderação da divisão do trabalho e, sobretudo, reclamava o aparecimento de instâncias morais e reguladoras que fossem capazes de fornecer densidade e segurança aos indivíduos. Em sua opinião, nas sociedades marcadas pela *solidariedade orgânica* as instituições que eram capazes de cumprir essa tarefa eram exatamente aquelas que resultaram da divisão do trabalho: os sindicatos, as associações de classe e as corporações profissionais. Para Durkheim, essas instituições deveriam criar formas de coesão moral e integração que fornecessem solidez aos seus membros, que viviam tencionados e atribulados em tornos de mudanças sociológicas (econômicas, culturais, morais e políticas) profundas. Nesse aspecto, como se verá na disciplina de sociologia II, a teoria Durkheimiana é muito diferente da teoria de outro grande clássico da sociologia: Karl Marx.



Saiba Mais

Entre as organizações militares, não são raros os atos de suicídio heroico, sobretudo durante momento de grave crise e tensão militar. Um exemplo muito conhecido é o desembarque na região francesa da Normandia, em 1944. Muitos dos jovens soldados britânicos, canadenses, franceses e norte-americanos que desembarcaram nas praias da Normandia, conduzidos por centenas de navios e submarinos de guerra, sabiam que as chances de sobrevivência eram poucas, sobretudo daquelas que desembarcaram nas primeiras linhas de frente e travaram o combate. Os aliados

desembarcaram na praia da Normandia inteiramente expostos aos canhões e granadas dos soldados alemães, que, localizados em pontos estratégicos (casamatas e abrigos de concreto), tinham uma visão privilegiada, estratégica e clara de quem desembarcasse na longa faixa de praia. Não por acaso, só no desembarque da Normandia morreram mais de 35 mil soldados aliados.



Acesse

Para saber um pouco mais sobre a história dos soldados Kamikaze, acesse:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Kamikaze>

Para saber um pouco mais sobre a histórica batalha da Normandia, acesse:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_da_Normandia



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Reflita, analise e pense acerca das diferenças psicológicas e sociológicas do suicídio. Reflita acerca dos aspectos exteriores que desencadeiam e/ou estimulam a prática do suicídio.



Exercício de Aprendizagem

- Destaque e analise um exemplo de *suicídio altruísta*.
- Destaque e analise um exemplo de *suicídio egoísta*.
- Destaque e analise um exemplo de *suicídio anômico*.



Referências

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo, Pensamento moderno, 2011.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Pensamento moderno, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa, Editora Presença, 2005.

MASSELLA, Alexandre Braga. **O naturalismo metodológico de Émile Durkheim**. Goiânia, UFG, 2006.

c) As representações simbólicas da sociedade

Durkheim deu uma significativa importância a dois temas que se cruzaram bastante no seu pensamento e na sua reflexão: religião e representação. Em 1912, publicou o livro *As formas elementares da vida religiosa*. De acordo com o sociólogo francês, as formas elementares e mais simples da vida religiosa (como a religião totêmica australiana) revelam os fatos morais e sociais de maneira mais direta e essencial, ou seja, as características sociais na sua totalidade. A religião seria, assim, um fato moral extremamente útil para se analisar as transformações sociais e as influências de outros fatos sociais, como a divisão social do trabalho. Assim como o direito e a família, a religião está presente em todas as sociedades. O sistema religioso é formado por duas instâncias complementares: as *crenças* e os *rituais*. A primeira diz respeito às ideias, os valores, as normas religiosas e as representações que uma determinada religião faz de si mesma e do mundo. Já a segunda instância, os rituais, materializam as crenças em práticas, atos, cerimônias, objetos, gestos, roupas, costumes, entre outros. Essas duas instâncias organizam e diferenciam os aspectos *sagrados* e *profanos* que compõem todo e qualquer sistema religioso. Durkheim define a religião como um sistema de crenças e rituais organizados pela diferenciação clara entre o sagrado e o profano. Por exemplo, para os cristãos católicos (praticantes e não praticantes) é vedada a ingestão de carne no dia da sexta-feira santa (segundo o cristianismo, o dia da morte de Jesus Cristo). Essa interdição é acompanhada de diversos rituais (missas, celebrações, etc.), como, por exemplo, o de ingerir apenas o peixe, pois esse não lembra a carne vermelha, que evoca ao sangue do Cristo, que, de acordo com a crença e as representações religiosas cristãs, foi derramado para salvar os homens. Tanto nas igrejas (protestantes e católicas), quanto nas repartições públicas e estatais (embora o Estado seja laico, isto é sem religião) e nas residências familiares, o símbolo mais comum e reverenciado do cristianismo é a cruz com o corpo do Cristo crucificado. Esse objeto encarna representações (valores, ideias, etc.), e está sempre presentes nos rituais cristãos (casamentos, batizados, sepultamentos, entre outros), logo é um objeto

dotado de grande sacralidade. Diversos outros exemplos poderiam ser apontados para tratar de rituais e representações nas mais variadas religiões, como as religiões afro-brasileiras (Candomblé e Umbanda), as muitas religiões indígenas, o Islamismo, o Judaísmo, o Hinduísmo, o Confucionismo, entre tantas outras. Esses e outras religiões, como destaca Durkheim, envolvem os indivíduos em suas práticas, rituais e celebrações, fornecendo poderosos elementos morais de integração e coesão social. Como observa Tânia Quintero:

É a sociedade, então, que envolve os indivíduos no fenômeno religioso e que, por meio dos ritos, torna-se mais viva e atuante nas suas vidas. Os homens sentem que algo fora deles renasce, desperta: é a parcela do ser social contida em casa um que se renova. Assim, um momento de profunda tristeza como o que se dá com a perda de um parente também reflete o estado que o grupo ao qual pertencia atravessa. Permitir a indiferença nessas situações em que o destino fere e diminui a família ou a comunidade “seria proclamar que elas não ocupam em seus corações o lugar a que têm direito”. Essa é a função do luto.

Para Durkheim, a religião é também a primeira grande fonte lógica e sociológica de organização e formação do pensamento, pois classifica - através de conceito e categorias -, organiza e representa simbolicamente a existência individual e coletiva. Por meio de categorias (como tempo, espaço, natureza, Deus, homem, etc.) a religião, e as sociedades, representam a si mesmas, por meio das crenças, das narrativas religiosas e dos rituais de celebração e narração da vida. Esses processos constituem as *cosmologias* religiosas, que explicam a existência do mundo, do homem, da natureza, de Deus, contam e justificam as funções, os rituais e as concepções de mundo. Toda religião ou sistema religioso possui a sua cosmologia própria. Essa reflexão de Durkheim o levou a desenvolver a constatação de que a sociedade é quem produz, elabora e socializa as principais categorias do entendimento humano. Por exemplo, as categorias e os conceitos de *espaço, tempo, beleza, natureza, salvação, morte, indivíduo,*

coletividade, homem, mulher, etc., são criadas e transformadas pelos grupos sociais ao longo do tempo. Através de conceitos e categorias a sociedade representa e simboliza o tempo todo, a si mesma, aos seus grupos, os outros grupos e a existência de um modo geral. Desse modo, as principais categorias do entendimento humano (*como tempo e espaço*) são criações e classificações sociais, ou seja, fatos sociais que antecedem os indivíduos, mas dependem do aprendizado e variam da sociedade e dos grupos sociais em que esses indivíduos nasceram e foram *socializados*. Com efeito, ao postular tal teoria, Durkheim se distancia de correntes da filosofia que via as categorias fundamentais do pensamento (*tempo e espaço*) como *a priores*, ou seja, como aspectos imanentes aos seres humanos, presentes nos homens desde o seu nascimento, tal qual o coração, os pulmões, etc. Para Durkheim, as categorias do entendimento humano são conceitos criados e representados pelas sociedades, incorporados e apreendidos pelos indivíduos de acordo com as convenções, os costumes, as religiões, as normas e as traduções de uma determinada sociedade. Por exemplo, entre as tribos totêmicas australianas que o autor pesquisou alguns clãs eram representados por certos animais (cobras, lebres, etc.), cuja concepção de tempo e espaço estava intimamente ligada aos hábitos desse animal. Desse modo, a concepção de espaço decorria dos lugares habitados pelo totem do clã e pelos espaços sagrados do próprio clã, ao passo que a noção de tempo estava ligada aos ciclos da lua, das estações do ano e das temperaturas, e não ao tempo do calendário comercial e civil das sociedades contemporâneas, organizado e indicados pelos relógios.



Atenção

Socialização e cultura são conceitos fundamentais das ciências sociais. Expressam processos de aprendizado e incorporação dos costumes, das normas, das crenças e dos valores. Embora Durkheim não utilize diretamente tais conceitos, nos seus escritos essas noções estão o tempo todo sugeridas. Mais tarde, a escola francesa de sociologias e outras tradições teóricas e metodológicas nas ciências sociais lançaram mão das reflexões de Durkheim para aprofundar e desenvolver conceitos como *norma, cultura, socialização, controle, etc.*



Acesse

Para saber um pouco mais sobre as religiões totêmicas, acesse:
http://www.ronaldo.lidorio.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=134
<http://revistas.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/367/305>

UNIDADE 3:

Disciplina ?

As contribuições metodológicas da obra de Max Weber



Metas da Aula

Nas aulas que compõem esta unidade os estudantes devem desenvolver um conhecimento preciso a cerca da trajetória intelectual e das principais contribuições metodológicas de Max Weber, criando o habito intelectual e didático de comparar tais contribuições com os aspectos teóricos estudados e analisados nas duas unidades anteriores, que foram dedicadas a Émile Durkheim.

a) Weber e o seu contexto histórico e intelectual

Max Weber nasceu no dia 21 de abril de 1864, em Erfurt, Alemanha. Antes mesmo da chegada do século XX, já era considerado um grande intelectual e teórico prestigiado. Tornou-se um dos maiores nomes das ciências humanas e sociais, especialmente da sociologia. Durante a sua fase de formação, Weber interessou principalmente pelos aspectos econômicos e históricos do direito, amalhando uma vasta erudição, em domínios do conhecimento como a história, a teologia, a economia e o direito. O desenvolvimento dos seus principais postulados teóricos ocorreram em meio as grandes transformações econômicas e políticas experimentadas pela Alemanha durante as décadas finais do século XIX. Durante esse período, notadamente a partir de 1871 – quando o Estado alemão se unificou juridicamente e territorialmente -, a Alemanha se tornou uma poderosa economia industrial, experimentando um intenso processo de urbanização e industrialização. Esses eventos foram acompanhados da criação de novas instituições, grupos e classes sociais, como os operários industriais urbanos, que, entre outros aspectos, criaram novos partidos político, demandas coletivas, organizações de imprensa e reivindicações político-sociais. Esses aspectos, mais tarde, foram todos incorporados na obra de Weber, em suas reflexões sobre o capitalismo, a formação racional-legal dos estados modernos, as tensões e interesses das classes e dos grupos sociais e o papel dos valores políticos e religiosos para a formação do que conhecemos como modernidade ocidental. Já no final da vida, Weber participou, como pesquisador e assessor político, dos eventos que

desemborraram na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e no processo de reorganização do Estado Nacional alemão, que originou a chamada República de Weimar. Acerca da importância que o contexto histórico exerceu sobre a obra e a reflexão de Weber, o sociólogo brasileiro Gabriel Cohn destaca:

Na realidade a atenção de Weber sempre se concentrou sobre a particularidade da configuração histórica em que viveu, e a extraordinária envergadura do seu conhecimento empírico e teórico sempre foi subordinada a isso. Mas o seu ponto de referência concreto era ainda mais particular: o Estado nacional e, mais especificamente, a Alemanha de sua época.

Weber participou ativamente e incansavelmente dos debates teóricos, epistemológicos e metodológicos envolvendo a criação e consolidação das ciências sociais na Alemanha, especialmente a sociologia. Durante os últimos anos do século XIX, as diversas correntes do pensamento alemão divergiam quanto aos fundamentos científicos das chamadas ciências históricas e culturais. Weber atuou ativamente nesse debate extremamente especializado, influenciando e sendo influenciado. Desde a apresentação da sua tese de doutorado, em 1891, Weber se digladiou com inúmeros autores para justificar e defender a existência de uma ciência social capaz de, simultaneamente, se debruçar sobre aspectos gerais da história e da sociedade e também sobre os aspectos inteiramente singulares, existentes apenas em determinados grupos e contextos sociais. Ainda mais do que Durkheim, como se verá em seguida, Weber se ocupou durante muito tempo dos aspectos metodológicos que poderiam conferir científicas às ciências sociais. No coração desse debate, o principal ponto de discussão e tensão estava em torno da diferença entre as ciências naturais e sociais (ou histórico-culturais). Embora muito influenciado pelos filósofos neo-kantianos alemães, como Rickert, Dilthey e Windelband, Weber discordava das distinções apresentadas por esses e outros autores. De acordo com Dilthey, a distinção entre as ciências naturais

e as ciências histórico-culturais (sociais) era a natureza do objeto, pois as primeiras lidavam com aspectos exteriores aos seres humanos (as leis da natureza, as substâncias químicas, os organismos, etc.); já as segundas, lidavam com aspectos interiores (a cultura, os valores, os significados, etc.). Para Rickert e Windelband, por sua vez, a diferença fundamental estava no formato metodológico de abordagem. As ciências naturais praticavam o método nomotético (ou seja, eram ciências nomotéticas), buscavam desvelar e conhecer as leis gerais dos processos que estudavam; já as ciências histórico-culturais (sociais) baseavam-se no método ideográfico (eram ciências ideográficas), ou seja, buscavam entender e explicar o singular. Weber discordava de ambos os pontos de vista. A diferença decisiva, segundo Weber, repousava nos interesses do pesquisador. É o pesquisador, de acordo com os seus valores e os seus interesses, quem cria o objeto. Ou seja, não havia uma diferença “natural” entre os aspectos exteriores (estudados pelas ciências naturais) e os aspectos interiores (estudados pelas ciências histórico-culturais); o pesquisador tanto poderia estudar e investigar um aspecto quanto o outro. Do mesmo modo, não caberia somente as ciências naturais a abordagem homotética e as ciências histórico-culturais a abordagem ideográfica. O pesquisador das ciências histórico-culturais (sociologia, história, economia, psicologia, etc.) poderia adotar tanto a perspectiva nomotética a (procura por leis gerais) e ideográficas (a explicação de singularidades). Por exemplo, o capitalismo é uma regularidade que comumente se encontra em diversos países; pode se estudar a história do capitalismo e a sua gênese (como fez o próprio Weber), mas também é possível compreender as singularidades regionais e econômicas de um determinado país, de grupos empresariais no interior desse país e de aspectos religiosos e jurídicos que favorecem ou não o crescimento do capitalismo. O debate que Weber travou desembocou na sua concepção de ciência social e nos critérios de diferenciação entre as ciências naturais e sociais. Para ela, as ciências sociais (não só a sociologia, a antropologia e a ciência política, mas também a economia e a história) são ciências que buscam compreender os significados culturais que os grupos humanos atribuem aos aspectos prático e cotidiano da vida, como a religião, a

política, as leis, o trabalho, a família, o lazer, a escola, etc. Desse modo, as ciências sociais são ciências da cultura, no sentido de que buscam compreender e explicar os valores socioculturais dos grupos humanos no tempo e no espaço. Os significados culturais estão, simultaneamente, dentro e fora dos indivíduos. Não é que as ciências naturais não envolvam significados (toda atividade humana é composta de significados), ocorre que o objeto empírico das ciências sociais (as ciências da cultura) são os próprios significados que os homens atribuem a sua ação, no contexto prático do seu cotidiano, a partir das diversas relações que realizam e empreendem com outros indivíduos. Eis, para Weber, o objeto da sociologia: a ação social. Ele define a ação social como toda ação dotada de significado e dirigida para o outro (ou seja, dirigida e influenciada por outros indivíduos). O significado é um processo subjetivo e intersubjetivo, construído a partir das relações e das trajetórias dos indivíduos. É o conteúdo e o teor do significado que motiva os indivíduos a tomarem decisões, trabalhar, estudar, casar, viajar, engajar-se em um movimento social, etc., ou seja, realizar uma determinada ação social. Sabendo desses aspectos e construído os fundamentos de justificação das ciências sociais e da sociologia no contexto intelectual alemão, Weber criou uma abordagem metodológica para conferir cientificidade a essas ciências, é o que veremos na próxima unidade.



Para Examinar

Os pensadores, autores e teóricos das ciências humanas são extremamente influenciados pelo contexto histórico, político, econômico e cultural nos quais estão envolvidos e atuando. No caso da sociologia não foi diferente. Os três autores clássicos (Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber) da sociologia forjaram suas teorias e seus métodos no contato cotidiano com os grandes temas políticos e intelectuais das suas sociedades e do seu tempo. A sociologia sabe perfeitamente desse aspecto, pois compreendeu, a partir das reflexões desses autores e de muitos outros, que é exatamente desse modo (vivendo e refletindo sobre as grandes questões sociológicas do nosso tempo) que se aprende e se assimila os principais conceitos e as principais teorias estudadas e analisadas. Nesse sentido, repetindo o que já mencionamos antes, embora pareça algo abstrato e distante, os conceitos e as teorias referem-se a aspectos concretos e práticos do cotidiano de todos nós (indivíduos), que estamos inseridos nos

grupos, classes e instituições das nossas sociedades. Com efeito, tanto na sua fase de criação, quanto no seu período de consolidação e nos dias de hoje, só se aprende sociologia exercitando a imaginação de acordo com a realidade vivida. Isso se faz por meio da aplicação dos conceitos ao mundo real e vivido, exercitando a capacidade imaginativa e a criatividade.



Atenção

Tomando como norte a reflexão anterior (do tópico para examinar), podemos comparar o contexto histórico e intelectual vivido por Durkheim e Weber. Ambos viveram profundas transformações sociais, o que, sem dúvida, aguçou as suas imaginações e os motivou a pesquisarem os processos socioculturais mais relevantes das suas sociedades. Essas motivações os levaram a desenvolver – nos seus contextos históricos e intelectuais científicos – métodos e teorias que criaram os fundamentos científicos da sociologia. No entanto, o modo de olhar para as transformações sociais do seu tempo (acentuada divisão do trabalho social; racionalização das funções burocráticas dos estados modernos; conflitos político-econômicos entre trabalhadores e empresários; secularização religiosa, etc.) produziu conceitos e teorias muito diferentes, a começar, como veremos a seguir, pelo próprio objeto da sociologia e a concepção de método científico nas ciências sociais. Entre as diferenças envolvendo os nossos dois autores, uma salta aos olhos: a abordagem do conflito e da dominação político-social. Durkheim olhava para as tensões e conflitos existentes na sociedade francesa e buscava compreender as suas causas. Uma das causas era exatamente o excesso da divisão social do trabalho, que criava um processo mais complexo e instável de integração e coesão social (a solidariedade orgânica), que, por sua vez, facilitava a individualização e a criação de outros fatos sociais, como o respeito às liberdades e garantias sociais. O sociólogo francês não se opunha à divisão do trabalho social e a individualização, apenas identificava na exacerbação desses aspectos uma tendência perigosa de desintegração e *anomia social*.

Weber, por sua vez, via o conflito social e a luta com um processo constitutiva, que não estava ligado à desintegração da sociedade, mas a mudança social. Mudança social e conflito (político, religioso, militar, etc.) estão profundamente ligados. Exatamente por isso, o autor se interessou pelo tema da dominação social. Por que certos grupos dominam, como dominam e o que utilizam para dominar? A dominação, como tratou Weber, é parte constitutiva dos processos sociais (da formação dos partidos, dos grupos políticos, das classes econômicas, das instituições do estado e dos mercados) e, por conseguinte, das lutas sociais, mesmo que essas lutas sejam silenciosas. O tema da divisão do trabalho social também foi tratado por Weber, só que de outro modo e a partir da expansão e especialização das instituições que compõem os estados nacionais modernos: os órgãos do poder judiciários (tribunais, fóruns, etc.), os exércitos, as universidades, as embaixadas e as relações internacionais, as instituições governamentais, etc. Todos esses aspectos compunham o que Weber chamou de dominação racional-legal, que exercem poder sobre os indivíduos no seu cotidiano a partir de normas de controle impessoais. Ao contrário de Durkheim, Weber não viu nenhuma tendência a *anomia*, mas uma forma de dominação característica da modernidade, que se

espalhava por diversos países e afetava diversos grupos sociais. Acerca dos processos de luta e dominação, o próprio Weber ressalta:

Somente se pode falar de problemas realmente solucionáveis por meios empíricos nos casos em que procuramos os meios apropriados a um fim dado de modo de modo absolutamente unívoco. A proposição 'x é o único meio para y' não passa, na realidade, da simples inversão da proposição 'a x segue-se y'. O conceito de adaptabilidade (e todos os similares) nunca oferece – e não é essencial – a mínima informação acerca das avaliações últimas em que se fundamenta. Ao contrário, limita-se a ocultá-la (...) Conforme o modo como se interpreta esse conceito é possível dizer que no domínio da 'cultura' tudo é 'adaptado' ou nada é 'adaptado'. Pois é impossível eliminar a luta de qualquer de qualquer vida cultural. Podemos modificar os seus meios, o seu objetivo e mesmo a sua orientação básica e os seus portadores, mas ela própria não pode ser suprimida. A luta encontra-se em toda parte e por vezes afirma-se tanto mais quanto menos é percebida ou quando adota no seu transcurso a forma de uma omissão cômoda ou de uma complacência ilusória ou enfim quando se exerce sobre a capa da 'seleção'. A paz significa apenas um deslocamento das formas, dos adversários ou do objeto de luta, ou finalmente das chances de seleção.

Outras diferenças ente Durkheim e Weber, como veremos, serão apontadas e exploradas, por ora basta acentuar que Durkheim e Weber não se conheceram. Embora contemporâneos e vivendo em países vizinhos, os autores não dialogaram e não chegaram a se influenciar ou se criticar mutuamente, mesmo Durkheim tendo visitado frequentemente a Alemanha no final do século XIX e início do século XX. Sabe-se apenas que a mulher de Weber, Marianne Weber, teve um artigo publicado na revista científica que Durkheim dirigia, esse artigo foi, inclusive, lido, resenhado e criticado por Durkheim. É importante assinalar que essa falta de interlocução entre os autores, se deveu, em grande medida, às dificuldades de circulação das ideias e dos periódicos científicos existentes na época, algo inteiramente diferente do que ocorre hoje, cujo acesso digital dos periódicos, artigos, resenhas e livros são praticamente ilimitados e instantâneos, sobretudo em um curso de educação à distância, realizado a partir de uma plataforma digital.



Acesse

Para saber mais acerca do contexto intelectual no qual viveu Weber, acesse:
<http://sociologizar.wordpress.com/2010/05/15/max-weber-sua-historia-seu-tempo-e-sua-contribuicao-sociologica-parte-1/>
<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1257SociologiaSintese.pdf>



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Como foi mencionado, os autores clássicos da sociologia foram demasiado influenciados pelas contingências e pelas transformações sociais que testemunham e experimentam. Todavia, os pesquisadores e professores que, muitas vezes, são pouco conhecidos, também são – como qualquer outro agente social – impactados pelos processos sociais que vivem, participam e testemunham. Nesses casos, o pesquisador deve se manter atento para aprimorar sua reflexão e o aprendizado empírico e teórico que desenvolve. Imagine, por exemplo, um pesquisador que, hoje, estuda as atividades políticas na internet, a mobilização social nas redes sociais e o chamado ciberativismo, até que ponto a sua pesquisa será beneficiada ou prejudicada pelo excesso de informações disponível hoje? Pense, indague e reflita acerca desse aspecto.

Disciplina ?

b)A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais: a separação entre os juízos de fato e os juízos de valor

Weber desenvolveu uma complexa e sofisticada justificação para a existência e a prática científica das ciências sociais. Tal complexidade decorre do próprio fato de que o autor concebia a realidade empírica dos grupos sociais, das instituições, dos mercados, dos valores, dos significados e dos processos sociais como algo extremamente complexo e infinito. Segundo o autor, apenas parte da realidade, um aspecto específico (o mercado financeiro, a gênese do capitalismo, a burocracia moderna, os partidos, etc.) do real poderia ser estudado, compreendido e explicado, e não toda a sociedade, em suas diversas modalidades e aspectos, como julgava que fosse possível os positivistas (entre eles o próprio Durkheim) e outros clássicos, como Karl Marx. A partir desse aspecto, ao longo da sua carreira, Weber foi desenvolvendo uma noção bastante rica e profícua do método das ciências sociais. O primeiro aspecto é o fato de que, para Weber, todo ponto de partida é subjetivo. Toda investigação e toda pesquisa nas ciências sociais deriva de um ponto de partida subjetivo, de um determinado significado caro e relevante para o pesquisador que inicia uma investigação, ou seja, de um aspecto do mundo real concreto que sensibiliza, seduz, persuade, intriga, incomoda ou encanta o pesquisador. Esse aspecto poderia, a princípio, depor contra as pretensões científicas dessas ciências, mas não é o que ocorre. Todo ponto de partida, explica Weber, é subjetivo porque todo

ponto de partida científico é realizado por um indivíduo (um ser humano), que, ao longo da sua experiência social e individual, entrou em contato com valores, significados, percepções e, portanto, desenvolveu um determinado ponto de vista (seja ele qual for) e um interesse (material, político, ideológico, estético, afetivo, moral, ético, profissional, etc.). É esse primeiro ponto de vista (que Durkheim chama de *prenoção*) que motiva o pesquisador, a partir de algum aspecto, que o leva para um determinado tema e objeto científico: o suicídio, as crises políticas, os protestos sociais, a religião, os partidos políticos, a estrutura das famílias, a divisão social do trabalho, o direito, a cultura popular, a identidade de um grupo social, o casamento, as redes sociais, a internet, o futebol, entre diversos outros temas e objetos estudados pelas ciências sociais. Esse aspecto não torna as ciências sociais simplesmente uma especulação subjetiva acerca da vida, nem tampouco um devaneio psicológico. Reconhecer esse fato é apenas o primeiro passo, é um passo metodológico, pois quem faz pesquisa é um homem, e como tal, todos os homens possuem valores e moralidades, que variam entre os grupos, entre os indivíduos, entre as classes sociais no tempo e no espaço. Reconhecer tal aspecto, ressalta Weber, evita as ilusões que os pesquisadores (sobretudo os positivistas) têm de que as ciências sociais podem ser inteiramente neutras e objetivas, tal qual as ciências naturais. Não, não podem. Elas podem possuir o grau de “objetividade” que lhes é possível. Por isso, Weber sempre escreveu a palavra objetividade entre aspas, pois entendia que a “objetividade” das ciências sociais (e as ciências da cultura de um modo geral, ou seja, as ciências das significações humanas) é diferente da objetividade das ciências naturais. Essa “objetividade” pode ser perfeitamente alcançada, desde que se reconheça que o ponto de partida é subjetivo e que os valores do pesquisador (que são inevitáveis, pois ele é um homem como outro qualquer) podem ser controlados e, aos poucos, afastados durante o longo e complexo processo de realização da pesquisa e das suas conclusões finais. No entanto, os valores e a subjetividade nunca são completamente eliminados.

Como tais valores (que constituem o ponto de partida fundamental) podem ser aos poucos, controlados, evitados

e afastados? Segundo Weber, desenvolvendo métodos (conceitos, recursos metodológicos e procedimentos) racionais e lógicos. Ao realizar uma pesquisa, o pesquisador entra em contato com os critérios científico de objetividade e rigor, desenvolve, paulatinamente, conceitos, conhece teorias, lida com hipótese, coleta dados, conhece diversos pontos de vista, etc. Ao fazê-lo, esse mesmo pesquisador passa, aos poucos, a adotar e valorizar muito os procedimentos científicos da pesquisa: fidedignidade aos fatos, rigor, objetividade, domínio da teoria, etc. Esses aspectos tornam-se importantes e valorizados pelo indivíduo que tem como meta descobrir as causas de certo evento, as razões da existência de um dado fenômeno social ou o porquê da existência de determinados costumes, regras coletivas e valores sociais. O que Weber está ressaltando é o seguinte: ao tomar contato e desenvolver tais perguntas e procedimentos de pesquisa, o cientista começa a controlar e domar os seus pontos de vista, os seus valores e as suas prenoções, enfim, a sua subjetividade. Os interesses e valores que o moverem no início da pesquisa passam a ser mitigados e esvaziados em nome de outros valores (o rigor, a objetividade e o controle que a ciência realiza), pois, como qualquer ação e relação social, a ciência também expressa um valor. Desse modo, o que Weber está dizendo é o seguinte: os valores existem e nós e nos impactam o tempo todo, do início ao fim das nossas pesquisa e reflexões; cabe ao cientista social tomar conhecimento da sua existência e controlá-los o máximo possível, para que eles não comprometam os resultados da pesquisa, que devem ser o mais “objetivo” possível, mesmo sabendo que é impossível a objetividade total. Nesse sentido, há uma relação direta entre valor e razão na obra metodológica de Weber. Ao contrário do que possa parecer, razão e valor não são aspectos e ações sociais antagônicas. O procedimento racional de controlar os valores subjetivos do pesquisador é um procedimento científico das ciências sociais e, portanto, um valor intelectual-científico. Esse aspecto metodológico diferencia bastante Weber de Durkheim. Para este, uma das primeiras regras metodológicas que deveria ser seguida pelo sociólogo era afastar as prenoções, uma vez realizado esse procedimento ficariam mais clara a relação entre sujeito (o pesquisador sociólogo) e o

objeto (a coisa social: os *atos sociais e morais*). Para Weber, não era tão simples assim. O objeto (os valores, a moral, a subjetividade, etc.) estava dentro do próprio pesquisador (o sociólogo que estuda os grupos e os processos sociais), acompanhando-o o tempo todo. Devido a esse aspecto complexo e muitas vezes tenso, a “objetividade” na sociologia só poderia ser alcançada se, e tão somente, o pesquisador controlasse a sua subjetividade por meio de procedimentos racionais e científicos (o rigor, o distanciamento, a fidelidade aos fatos, etc.), que também constituem valores. Em suma, a subjetividade do pesquisador só poderia ser atenuada e reduzida se o mesmo se envolvesse e praticasse outro valor: os valores científicos – rigor, distanciamento, comprometimento com os fatos, autocontrole, etc. Essa concepção de metodologia é extremamente relevante e atual nas ciências sociais, particularmente na sociologia. Tânia Quinteiro reforça tais aspectos nos seguintes termos:

Mas como é possível, apesar da existência desses valores, alcançar a objetividade nas ciências sociais? A resposta de Weber é que os valores devem ser incorporados conscientemente à pesquisa e controlados através de procedimentos rigorosos de análise, caracterizados como “esquemas de explicação condicional”. A ação do cientista é seletiva. Os valores são um guia para a escolha de um certo objeto pelo cientista. A partir daí, ele definirá uma certa direção para a sua explicação e os limites da cadeia causal que ela é capaz de estabelecer, ambos orientados para valores. As relações de causalidade, por ele construídas na forma de hipótese, constituirão um esquema lógico-explicativo cuja objetividade é garantida pelo rigor e obediência aos cânones do pensamento científico. O ponto essencial a ser analisado é que o próprio cientista é quem atribui aos aspectos do real e da história que examina uma ordem através da qual procura estabelecer uma relação causal entre certos fenômenos. Assim produz o que se chama de tipo ideal.

O *tipo ideal* é um recurso teórico e metodológico utilizado por Weber, cuja abordagem será feita na próxima unidade. Por ora, resta explorar outro aspecto metodológico central no pensamento weberiano: a distinção entre *juízos de fato* e *juízo de valor*. Essa distinção reforça os aspectos metodológicos desenvolvidos por Weber quanto à concepção de “objetividade” defendida e praticada por ele no âmbito das ciências sociais. Para Weber, caberia a sociologia (e as ciências da cultura de um modo geral: história, economia, ciência política, entre outras) estabelecer os *juízos de fato*, ou seja, constatar, compreender e explicar os fatos (os fenômenos sociais empíricos e concretos) a partir daquilo que é, e não daquilo que deveria ser. O dever ser é um imperativo normativo (deve haver mais verbas para a educação! Deve haver mais verbas para a saúde! Deve haver mais vagas na universidade! Deve haver mais professores e médicos no Brasil!) que não cabe à ciência social defender. Esta última estuda, pesquisa, analisa e sugere, mas não toma a decisão e nem sustenta esse imperativo a todo custo. Uma das tarefas científicas do sociólogo é indagar: por que é necessário aumentar as verbas para educação, saúde, transporte público, etc., quais grupos sociais serão beneficiados com tais aumentos; por que tais aumentos estão sendo pleiteados agora e não antes? Ao fazer tais perguntas, o pesquisador/professor evita a naturalização dos valores sociais e as lutas políticas. Como ressalta Weber, a ciência pode dizer o que fazer, como fazer e quando fazer, mas nunca o que deve ser feito. Weber sabia muito bem que essa era uma posição valorativa e subjetiva, como toda e qualquer posição, mas defendia tal separação a fim de preservar a autonomia das ciências sociais, buscando não confundi-la com a atividade política prática, realizada pelos partidos, governos, instituições da administração pública, conselhos de classe, corporações, etc. Do mesmo modo, o autor sabia que tal diferenciação entre *juízos de fato* e *juízos de valor* era extremamente difícil, mas, amparado nas suas formulações metodológicas, esse era um dos caminhos para assegurar critérios de controle e distanciamento dos pontos de vista subjetivos dos cientistas. Sabedor que os valores e a subjetividade estão por toda a parte e em todos os momentos, o autor buscava criar procedimentos racionais que pudessem

evitar que as ciências sociais fossem confundidas com as ideologias político-partidárias, as crenças religiosas e as normas jurídicas. Ao se concentrar apenas nos *juízos de fato*, as ciências sociais poderia estudar com o mínimo de distanciamento e “objetividade” aquilo que é a sua matéria prima: as ideologias político-partidárias, as normas jurídicas, as crenças religiosas, os valores coletivos, as instituições governamentais, etc. Isso não significa, todavia, que o cientista social e o sociólogo não possam desenvolver e realizar uma ação política prática. Podem, e, em muitos casos, até devem, ocorre que é necessário saber diferenciar os *juízos de fato* (o conhecimento empírico) e o *juízo de valor* (uma convicção ética e moral) a fim de que possa realizar bem as suas atividades, a atividade política e a atividade científica. A vida do próprio Weber é um grande exemplo a esse respeito. Ele tornou-se o mais importante sociólogo alemão de todos os tempos e também foi um indivíduo de ação política prática, atuando em eventos e processos que envolveram diretamente a sua sociedade. Por fim, o juízo de valor, como si viu acima, é o ponto de partida de toda investigação empírica e de toda pesquisa científica, mas não é o ponto de chegada, isto é, da descoberta e da conclusão. O ponto de chegada é o *juízo do fato* (o juízo empírico), que, após adotar os métodos lógicos e racionais, formula uma compreensão e apresenta uma explicação sobre um determinado fenômeno sociológico.



Atenção

Não é preciso ser sociólogo ou cientista social para possuir *juízos de fato* e *juízos de valor*. Os indivíduos, no seu cotidiano mais elementar, nas suas ações e relações sociais, desenvolvem múltiplos juízos de fato e juízos de valor. Ocorre que, na esmagadora maioria das vezes, essas duas dimensões estão juntas e aparecem de maneira indissociáveis nas falas e ações das pessoas. Os cientistas sociais aprendem a distingui-los, eles estudam os múltiplos e diferentes juízos de valor (partindo ele mesmo de determinado valor, uma subjetividade, como foi destacado) existentes nas sociedades e nos grupos humanos para formular um juízo de fato, ou seja, uma interpretação científica sobre os juízos de valor. Muitas vezes, os juízos de valor colidem, entram em fraca oposição, em luta, pois expressam interesses distintos acerca de determinadas práticas, leis, propostas governamentais, acontecimentos políticos, costumes culturais, etc. Os sociólogos buscam compreender, entre outros aspectos, porque certos juízos de valor predominam sobre outros, por que determinados juízos são considerados mais relevantes e legítimos? Por exemplo, recentemente o Governo Federal

lançou um programa que visa permitir que os médicos estrangeiros (que realizaram sua formação científica e profissional em outros países) atuem no Brasil, apresentando o ponto de vista (juízo de valor) de que é necessária a presença de mais médicos nas regiões brasileiras mais carentes de médicos (Norte e Nordeste). O Conselho Federal de Medicina (CFM) mostrou-se inteiramente contra a proposta do governo, argumentando que é necessário que os médicos estrangeiros façam uma prova antes e atuarem e clinicarem no Brasil. Eis aí um – entre muitos outros – ponto de divergência que envolve juízos de valor e interesses políticos, econômicos e profissionais. Este é um exemplo claro de um conflito, de uma luta (a que se referiu Weber anteriormente) que está presente a todo tempo nas nossas sociedades.



Para Examinar

De acordo com Weber, cabe ao professor amparar-se nos juízos de fato e utilizar a cátedra (o espaço da sala de aula, ou, no nosso caso, o espaço virtual pedagógico) como um local de transmissão de conteúdos, e não um local onde os pontos de vista do professor e os seus juízos de valor devem se tornar prevalentes e objeto das aulas. “A tarefa do professor é servir aos alunos com o seu conhecimento e experiência e não impo-lhes suas opiniões políticas pessoais”. Weber sabia que essa defesa constituía, da sua parte, um valor e o defendia para as ciências sócias.



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Tende em vista o texto e a reflexão do tópico anterior (para examinar), reflita, investigue e busque responder: será que a separação entre juízos de fato e juízos de valor é possível nas chamadas ciências sociais aplicadas, como o direito, a psicologia, administração, a economia e a pedagogia?



Acesse

**Para aprofundar os aspectos metodológicos sustentados por Weber, acesse: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11297/6983>
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/332.pdf>**

Assista o filme *A vida de Galileu*.

Trata-se de um filme inglês, lançado em 1975, com direção de Joseph Losey. O filme narra as descobertas e pesquisas do filósofo, físico e matemático Galileu Galilei durante os séculos XVI e XVII, destacando os conflitos existentes entre os interesses científicos, os interesses e valores religiosos e as descobertas científicas realizadas por Galilei a partir da influência de Nicolau Copérnico, outro matemático e astrônomo.

Assista ao filme *Einstein*

Trata-se de um documentário produzido para a televisão, exibido em 2008. A narrativa conta a trajetória do físico Albert Einstein, criador da teoria da relatividade, a partir das tensões políticas e religiosas vividas durante a Segunda Guerra Mundial, assim como a dificuldade do cientista comprovar suas hipótese e teorias acerca da dinâmica de funcionamento do universo.



Exercício de Aprendizagem

Responda as seguintes indagações:

Até que ponto é possível controlar e reduzir os valores subjetivos do pesquisador?

Destaque os valores que mais lhes são caros e relevantes para a sua conduta cotidiana.

Destaque os principais diferenças metodológicas entre Durkheim e Weber.

c)O objeto da sociologia: a ação social e os seus significados

Se, para Durkheim, o objeto da sociologia eram os diversos fatos sociais, para Weber são as diversas ações sociais. Ou, como prefere o autor, a ação social: o significado subjetivo da ação social. Esse seria o objeto empírico da sociologia. Algo que poderia ser observado, analisado, investigado, compreendido e explicado a partir dos significados que os indivíduos atribuíam às suas ações: pode ser a ação de fazer uma viagem, a ação de trabalhar, de criar os filhos, de se divertir, de votar, de estudar, entre tantas outras. O objetivo da sociologia seria, pois, compreender e explicar os significados subjetivos existentes entre as ações e relações que os indivíduos estabelecem no interior dos grupos, das classes, das instituições, das organizações, da família, etc. Para Weber, o homem é um animal social amarrado a uma teia complexa de significados. Esses significados são desvelados pelas ciências sociais a partir da investigação das ações sociais. A ação social, como unidade empírica da investigação sociológica, incorpora uma noção mais contingente, processual e individual do fazer sociológico, diferente, portanto, do conceito de fato social, em Durkheim. A partir das duas principais dimensões metodológicas do pensamento weberiano, vistas na unidade anterior e do conceito de ação social e tipo ideal (que veremos na próxima unidade), Weber defende a ideia da sociologia como uma ciência empírica da ação social. A palavra empírico significa que o pesquisador social, neste caso, pode observar, comparar e estabelecer distinções entre diversos fenômenos e ações sociais. Mas como o empírico (observável, mensurável, etc.) pode se aplicar aos significados subjetivos das ações sociais? Weber responde a essa indagação da seguinte maneira: os significados não podem ser vistos, tocados e medidos, mas podem ser estudados e pesquisados adotando-se uma metodologia compreensiva, ou seja, buscando compreender as razões pelas quais os indivíduos fazem determinadas coisas e não outras, por que lutam por certas ideias e não outras, por que defendem, até a morte, determinados valores e não outros, por que valorizam suas

tradições e identidades em detrimentos de outras, e assim por diante?

Além da distinção teórica e empírica entre *fato social* e *ação social*, há outra diferença fundamental entre Weber e Durkheim. Como vimos, para Durkheim não importa muito os juízos e avaliações individuais acerca de um determinado fenômeno ou norma, o sociólogo deve se amparar nas implicações exteriores, coercitivas e gerais dos fatos sociais, observando as suas implicações e comparando com outros fatos sociais, daí a noção de *coisa*. Para Weber, ao contrário, tudo que importa são os juízos, as avaliações e percepções individuais, ou seja, os significados subjetivos atribuídos e criados pelos indivíduos. São esses significados que motivam os indivíduos a protestar, casar, filiar-se a um partido político, trabalhar em uma determinada empresa, cultivar certas amizades, acumular dinheiro, praticar uma religião, etc. Cabe ao sociólogo pesquisar, utilizando o método compreensivo, os conteúdos subjetivos desses significados e suas motivações, a fim de estabelecer e explicar as razões pelas quais determinados indivíduos (os grupos humanos, as instituições, as organizações sociais, etc.) pensam e agem desta ou daquela maneira. O método compreensivo - amparado no controle distanciado dos valores subjetivos do pesquisador - permite ao sociólogo desvendar os significados das ações sociais cuja causa e o conteúdo são completamente diferentes e antagônicos aos seus. Por isso Weber cunhou uma famosa frase: Não é preciso ser Napoleão para compreender Napoleão.

Esses aspectos metodológicos mostram as diferenças entre os dois autores estudados até agora. Para Weber, a unidade empírica de análise é a ação social, que se realiza e parte de um indivíduo qualquer. Por isso, Weber deposita tanta ênfase no indivíduo, mas não o faz tomando de empréstimo o objeto e os métodos da psicologia. Weber estava fazendo, desenvolvendo e criando o método sociológico moderno, e entendia que conceitos muito abstratos (sociedade, consciência coletiva, nação, território, entre outros), não ajudavam a esclarecer os aspectos complexos da vida social, que envolve uma multiplicidade de indivíduos em ação

e relação permanente. A esse respeito a professora Tânia Quinteiro menciona:

Weber procura demonstrar que conceitos muito genéricos, extensos, abrangentes ou abstratos, são menos proveitosos para a ciência social por serem pobres em conteúdo, logo afastados da riqueza da realidade histórica. Portanto, a tentativa de explicar tais fenômenos por meios de “leis” que expressam regularidade quantificáveis que se repetem não passa de um trabalho preliminar, possivelmente útil. Os fenômenos individuais são um conjunto infinito e caótico de elementos cuja ordenação é realizada a partir da significação que representam por meio da imputação causal que lhe é feita.

A fim de engendrar conceitos e modelos empíricos que servissem como um guia mínimo para classificar, compreender e explicar as ações sociais no decurso das investigações, Weber tipificou quatro tipos recorrentes de ação social: *ação racional com relação a fins*; *ação racional com relação a valores*; *ação afetiva* e *ação tradicional*. Esses tipos de ação seguem o propósito de criar um lastro de referência empírica. A partir dela, o pesquisador pode construir conceitos e categorias de análise, afinadas com as especificidades do fenômeno empírico abordado e estudado. Antes de abordar e explorar cada uma dessas ações sociais, é necessário ressaltar que, volta e meia, essas ações se confundem na prática cotidiana. Não é sempre que o pesquisador encontra um tipo puro dessas ações. Os limites, por exemplo, entre a *ação racional com relação a fins* e a *ação racional com relação a valores* são tênues e, muitas vezes, imprecisos.

a) Ação racional com relação a fins.

Weber estabeleceu essa modalidade de ação para compreender e explicar a conduta de um indivíduo (ou de um grupo de indivíduos) que age a partir de meios específicos para atingir um determinado fim. Esse fim pode ser econômico,

político, religioso, educacional, etc. Por exemplo, o indivíduo que contata uma empresa de assessoria financeira para investir na bolsa de valores, visando obter ganhos econômicos está praticando uma ação racional com relação a fins. A palavra racional, neste caso, decorre da possibilidade de o pesquisador poder claramente identificar e compreender a racionalidade dessa ação, ou seja, da motivação que o anima. Nesse tipo de ação social, o indivíduo que a pratica separa e escolhe os meios necessários ao alcance de metas e fins planejados. Embora a intenção (termo importante para Weber e para a teoria sociológica de um modo geral) esteja clara nesse tipo de ação, as contingências sempre presentes nos processos sociais (tensões e lutas sociais, mudanças econômicas e políticas, alterações tecnológicas, etc.) podem alterar e transformar o curso da ação do agente, que pode alterar os seus objetivos (fins) e, logo, os meios para alcançá-los. Por exemplo, uma mudança política em um país pode alterar a política econômica, que, por sua vez, pode modificar as ações das empresas na bolsa de valores, implicando perdas econômicas para quem investiu na bolsa. Esses aspectos não são raros de acontecer, pois os indivíduos estão enredados em muitos processos e ações sociais simultaneamente. Weber chama esses aspectos de *paradoxo das consequências*, ou seja, quando uma *ação racional com relação a fins* porta um objetivo parte de uma intencionalidade, mas que, no final, o objetivo não foi alcançado, obtendo-se um fim inteiramente indesejado. Desse modo, a ação racional com relação a fins está sujeita a alterações, contingências e modificações. Mesmo com essas alterações, ela não deixa de ser racional, pois levou em conta diferentes meios para alcançar um dado fim, mesmo que este não tenha sido alcançado. Esse é apenas um exemplo, existem diversos outros. Essa ação é a que predomina nas sociedades modernas capitalistas. Um exemplo claro dessa modalidade de ação (estudado por Weber) foi a ética religiosa e econômica adotada pelos grupos protestante calvinistas, que surgiu após a Reforma Protestante do século XVI na Europa.

b) Ação racional em relação a valores

Essa modalidade da ação social é estudada por Weber para compreender e explicar os significados e as motivações que os valores desempenham no curso da ação de determinados indivíduos e grupos variadas de indivíduos. Nessa modalidade de ação, os indivíduos agem movidos por princípios valorativos. Nesse caso, ele não está pretendendo obter um fim específico, mas atuando (ou se omitindo) em razão de um valor que lhe é caro. Por exemplo, não desviar dinheiro público, não comer carne vermelha, respeitar os mais velhos, doar recursos e bens aos mais necessitados, etc. Assim como no exemplo anterior, em meio às contingências e transformações sociais, os valores podem se alterar, modificando também o curso da ação dos indivíduos. Tais valores, como a defesa da democracia, das liberdades e garantias individuais (religiosas, sexuais, raciais, civis, tec.), o respeito e a garantia da diversidade (sexual, cultural, étnica, etc.), o respeito à vida humana, o combate à pobreza e as desigualdades sociais, entre outras, pode se alterar em determinados contextos, como durante uma guerra, um golpe de estado, uma tensão religiosa, uma eleição, entre outras. A *ação racional em relação a valores* é racional porque tem uma motivação e um significado definido, claramente observável e explicável pelo pesquisador. É uma ação que costuma envolver lutas e tensões frequentemente, já que os indivíduos, as classes, os estamentos, as camadas sociais, os grupos em geral, os Estados, os governos, os partidos, as famílias, as religiões, etc., possuem valores muitas vezes diferentes e conflitantes. Ao contrário de Durkheim, para Weber a intensificação dessas tensões e escaramuças sociais não provocariam um quadro de *anomia* (quadro generalizado de ausência de regras e normas coletivas), pois as lutas e tensões são constitutivas dos grupos e dos indivíduos. No decurso dessas lutas, todavia, alguns grupos conseguem se sobrepor sobre outros, é o que Weber chama de *dominação social*. Em toda a sua obra esse tema está presente, por isso desenvolve uma reflexão, como veremos, sobre a dominação religiosa, econômica e política. No caso da ação social em relação a valores, a dominação está na possibilidade de que um grupo social (mas também um

indivíduo, uma instituição e uma autoridade qualquer) tenha suas ordens seguidas e legitimadas. Por exemplo, quando o filho, além de obedecer obedece a ordem, do país vê nela algo necessário, bom e legítimo. Todo processo de dominação (jurídico, político, econômico, cultural, religioso, sexual, intelectual, etc.) necessita ser legitimado, o que significa dizer que os indivíduos e os grupos dominados concordam com os critérios utilizados, obedecem a tais preceitos e vêm aqueles elementos como “naturais”. A naturalização da dominação é quando os indivíduos e os grupos se esquecem inteiramente dos fundamentos daquela dominação e, ao longo do tempo, aquela dominação não lhe causa mais embaraço ou sofrimento. Por exemplo, para explicar esse aspecto Weber cita a frase do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, que, ao se referir as gigantescas desigualdades sociais e políticas da sociedade francesa do século XVIII, se perguntava: por que o terceiro estado não se revela? O terceiro estado era a camada social mais populosa da França, composta por operários, camponeses, trabalhadores, agricultores, comerciantes, mendigos e pobres em geral, as outras camadas, infinitamente menores, eram o clero (os membros da Igreja Católica) e a nobreza (os governantes: reis e familiares). Diante dessa indagação de Rousseau, Weber respondeu: porque faz todo sentido não se rebelar. Ou seja, durante toda Idade Média e a Idade Moderna os reis e o clero foram vistos e legitimados como representantes divinos na terra, dotados de sabedoria, bondade e generosidade para com o povo e os pobres. Logo, o terceiro estado naturalizou, ao longo do tempo, o fato de que eles não tinham direitos políticos, econômicos e culturais. Esse quadro só se alterou com o advento da Revolução Francesa, que, ao desnaturalizar a dominação, quebrou o ciclo da dominação, empunhando valores como a igualdade irrestrita entre todos os homens.

c) Ação afetiva e tradicional

Weber delimitou mais duas modalidades de ação: *afetiva e tradicional*. No entanto, como ressalta o autor, essas ações são mais complexas de se compreender, pois o pesquisador

não consegue identificar claramente as intencionalidades (ou seja, o caráter racional empregado pelo agente). A ação afetiva ocorre, na grande maioria das vezes, quando o indivíduo age por raiva, ciúmes, cólera, medo, paixão, desejo erótico. Embora imponha grande dificuldade de compreensão e explicação, essa modalidade de ação social pode ser capturada em seus significados. Por outro lado, essa modalidade de ação, muitas vezes, se avizinha da ação racional em relação a valores, pois muitas, em algumas ocasiões, os valores vicejam paixões, fúrias, cóleras, etc. Por fim, a ação tradicional também apresenta dificuldades para a sua compreensão e discernimento, pois se avizinha das ações e gestos miméticos e condicionados, como os estímulos reativos do cotidiano. Por exemplo, dar bom dia, cumprimentar os amigos do trabalho, participar de eventos, cerimônias e rituais mesmo não engajados nas mesmas. Por exemplo, os pais que batizam os filhos mesmos não sendo frequentadores assíduos da religião. Como síntese explicativa desses modelos, podemos, mais uma vez, utilizar um trecho do livro da professora Tânia Quintero:

Podemos utilizar essas quatro categorias para analisar o sentido de um sem-número de condutas, tanto daquelas praticadas, como das que o agente se recusa a executar ou deixa de praticar: estudar, dar esmolas, comprar, casar, praticar de uma associação, fumar, presentear, socorrer, castigar, comer certos alimentos, assistir à televisão, ir à missa, à guerra, etc. O sociólogo procura compreender o sentido que um sujeito atribui à sua ação e seu significado. Há que se ter claro, porém, o alerta de Weber, de que “muitas raras vezes a ação, especialmente a social, está exclusivamente orientada por um ou outro desses tipos”, que não passam de modelos conceituais puros, o que quer dizer que em geral as ações sofrem mais de um desses condicionamentos, embora possam ser classificadas com base naquele que, no caso, é o predominante.



Atenção

Um das principais justificativas teóricas e empíricas para que Weber definisse a ação social como o objeto da sociologia, foi a necessidade de escapar das grandes generalizações e abstrações conceituais que ignoravam a prática e o agir efetivo dos indivíduos nos seus contextos relacionais e interativos. Esse aspecto permitiu a Weber aproximar sua lupa de investigação (isto é, os seus conceitos, a sua metodologia e o tratamento dos seus objetos empíricos) sobre o cotidiano dos indivíduos, motivados e mobilizados por significados tecidos e criados por esses próprios indivíduos. Fazendo uma comparação com Durkheim, podemos assinalar que Weber não ignorava a existência das normas (ou seja, com a generalidade, a exterioridade e a coercitividade) e dos fatos sociais, mas preferia examinar como os indivíduos, dentro das suas relações e ações sociais, lidavam com o conteúdo dessas normas, atribuindo, a depender dos grupos, significados completamente diferentes a essas normas e, portanto, agindo de modo distinto do que estabelece a norma. É como se, para Weber, não fosse suficiente falar da existência e da história de uma determinada norma, ele pretendia compreender como essa norma era significada e motivava os agentes individuais no seu cotidiano. E mais, interessava a Weber compreender e explicar como a mesma norma possuía significados e diferentes e conflitantes para os diferentes grupos sociais, buscando, assim, rastrear as tensões e o conjunto de escolhas que os indivíduos realizavam e realizam no seu cotidiano, em contato com normas, instituições, valores, etc. Por fim, é preciso acentuar que ao insistir no indivíduo como unidade em que a ação social parte e deriva, Weber não defende a ideia de um indivíduo solto, disperso no vazio e agindo única e exclusivamente por si mesmo. Não, o indivíduo está atravessado por relações e é, o tempo todo, constituído por ações sociais, onde influencia e é influenciado, motiva e é motivado.



Identificação de demanda para estudos e pesquisas

Pense, reflita e busque classificar e aplicar um dos tipos da ação social delimitados por Weber ao seu cotidiano. Apresente um exemplo de ação social em relação a valores que opõem grupos conflitantes e em luta no mundo contemporâneo.



Exercício de Aprendizagem

Descreva, analise e explore exemplos claros de ação racional com relação a fins, ação racional em relação a valores, ação afetiva e tradicional a partir de experiências pessoais, do conhecimento histórico em geral e de notícias na mídia (televisão, internet, rádio, tec.).

UNIDADE 4:

As Contribuições Teóricas E Empíricas De Weber

Disciplina ?



Metas da Aula

Nesta última unidade o discente deve conjugar as reflexões e o aprendizado acumulado até então para começar a se familiarizar (sem naturalizar) a teoria sociológica e o raciocínio que lhe é peculiar. Como toda área do conhecimento, a teoria sociológica porta dificuldades e impõe desafios intelectuais e pedagógicos. Com efeito, o maior desafio é ser capaz de, no cotidiano, refletir incessantemente sobre os conteúdos das convenções, dos costumes, das normas, dos interesses, dos valores, dos significados e das subjetividades. Para tanto, é necessário incorporar os principais aprendizados conceituais apresentados e discutidos, distinguindo-os incorporando-os aos nossos atos rotineiros.

Disciplina ?

a) O tipo ideal como recurso empírico

De acordo com Weber, a realidade empírica (composta por uma infinidade de ações e relações sociais) é fragmentada, multifacetada e muito complexa. Diante dessa assertiva, para realizar com êxito e rigor suas pesquisas os cientistas sociais deveriam desenvolver instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitisse um acesso mais ou menos seguro, fidedigno e rigoroso à realidade social. Para tanto, desenvolveu a noção de *tipos ideais*. Os tipos ideais não são projeções normativas e valorativas do pesquisador, recebem esse nome apenas porque Weber estava penado em construir tipologias que se aproximassem do real empíricos (ou seja, perfis abstratos do real). Desse modo, são tipos ideias não no sentido do que deve ser, mas construções ideais ou ideacionais necessárias para capturar e descrever fragmentos do real: um estilo de vida de um grupo social; o comportamento de uma fração do eleitorado; as características éticas e culturais de um determinado grupo de elite; os traços mais marcantes de uma corporação profissionais; a ação social mais característica de uma denominação religiosa, etc.

Desse modo, o tipo ideal é uma técnica ideativa, uma construção que o pesquisador elabora para se aproximar da realidade que investiga. Esses tipos ideais são conceitos que o pesquisador cria, concebe e utiliza para realizar a sua pesquisa e, mais tarde, explicar os seus resultados e conclusões. Weber

construiu, elaborou e utilizou em suas pesquisas e objetos empíricos diversos tipos ideias: *ascetismo intramundano; ascetismo extra mundano; a ética econômica e religiosa dos protestantes ascetas calvinistas; burocracia estamental; profeta; sacerdote; mago; dominação racional-legal, dominação carismática;* etc. Os tipos ideias, na maior parte do trabalho de Weber, são criados para capturar e apreender a modalidade de ação social que está se pesquisando, assim como as suas implicações práticas. Alguns escritos da professora Tânia Quintero, contribuem para compreender a natureza do tipo ideal.

Por meio das ciências sociais “queremos compreender a peculiaridade da vida que nos rodeia”, composta de uma diversidade quase infinita de elementos. Ao tomar um objeto, apenas um fragmento finito dessa realidade, o cientista social empreende uma tarefa muito distinta daquela que se propõe o cientista da natureza. O que procura compreender é uma individualidade sociocultural formada de componentes historicamente agrupados, nem sempre quantificáveis, a cujo passado se remonta para explicar o presente, partindo então deste para se avaliar as perspectivas futuras (...) A elaboração de um instrumento que busque orientar o cientista social em busca de conexões causais é muito valiosa do ponto de vista heurístico. Esse modelo de interpretação-investigação é o tipo ideal, e é dele que se vale o cientista para guiar-se na infinidade do real (...) Um conceito típico-ideal é um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno (...) É possível, por exemplo, construir tipos ideais da economia urbana da Idade Média, do Estado, de uma seita religiosa, de interesses de classe e de outros fenômenos sociais de maior ou menor amplitude e complexidade, e também organizar qualquer dessas realidades a partir de um ou de diversos de seus elementos.



Atenção

Não se deve confundir o recurso ao *tipo ideal* com o conceito. O tipo ideal é um procedimento mental. A palavra *tipo ideal* não é um conceito. Conceitos são os diversos tipos *ideais criados*. Por exemplo, o conceito de *religiões ética da palavra* é um tipo ideal. O conceito de *ethos da predestinação* também é um tipo ideal. As ciências sociais produzem conceitos e categorias de análise o tempo todo, faz parte do seu procedimento científico, mas nem todos os conceitos criados por elas são *tipos ideais*. Essa diferença decorre da abordagem teórica e metodológica de cada autor, dos seus objetivos e metas de análise, do objeto empírico em questão e, por fim, do problema (pergunta) de pesquisa que mobiliza.



Para Examinar

É preciso ter cuidado com o significado da palavra técnica no âmbito das ciências sociais. As técnicas representam o uso de determinados instrumentos que são, ao mesmo tempo, elementos tecnológicos (o uso de um gravador, o uso de uma câmara fotográfica, o uso de uma filmadora, aplicação de questionários, etc.) e procedimentos de pesquisa (a realização de uma entrevista, a realização de uma história de vida, a elaboração de uma etnografia, etc.). Ao aplicar, por exemplo, um conjunto de questionários a públicos diferentes com determinados objetivos e metas durante uma pesquisa, o pesquisador está utilizando uma determinada técnica de pesquisa (a aplicação do questionário). Em seguida o pesquisador vai reunir essas informações, organizá-las e representa-las, muitas vezes, na forma da linguagem estatística: gráficos, tabelas, imagens, etc. Ao organizar e tabular as informações colhidas, o pesquisador as transforma em dados empíricos, representados em linguagem estatística. Para organizar esses dados, muitas vezes, o autor utilizou um survey, que é uma técnica de pesquisa de organização e padronização de dados. Para que o survey fique pronto, o mesmo pesquisador utilizou um determinado programa de computação. Esse exemplo demonstra que o pesquisador utilizou duas técnicas de pesquisa (questionário e survey, que, na grande maioria das vezes, estão intimamente ligados), um procedimento tecnológico e diversas ações de pesquisa: entrevistas, conversar com pessoas, trocar informações com os colegas, elaborar o questionário, escolher o programa de computador mais adequado, escolher a quantidade de gráfico e tabelas, decidir pelo tipo de gráfico (de barra, de pizza, etc.), escolher o formato e o tamanho das tabelas, etc. Todos esses processos, que, em geral, se classifica de uso de técnicas de pesquisa, eles ocorrem após um envolvimento intelectual com os principais aspectos teóricos e metodológicos de um determinado autor ou um conjunto de autores, que, por alguma razão, se tornaram mais importantes para o pesquisador do que outros. O tipo ideal Weberiano é uma construção metodológica, que decorre de um aspecto epistemológico do pensamento de Weber, ou seja, de como o autor entende o real, o que é o real e qual o aspecto do

real constitui o objeto da sociologia. O tipo ideal não, assim, uma técnica, tal quais as técnicas descritas acima, mas um procedimento metodológico mais amplo, cujo objetivo é forjar conceitos, que se aproximem o máximo da realidade propriamente dita. O tipo ideal é um recurso mental e intelectual. A partir do seu uso e da criação de conceitos que derivem do esforço de descrever e capturar o real, eventualmente podem ser utilizadas técnicas de pesquisa.



Exercício de Aprendizagem

No seu estudo *O suicídio*, Durkheim utilizou a técnica de coleta de organização e tabulação dos dados a partir da estatística, tanto utilizando os dados que já havia (dados secundários), quanto criando novos dados (dados primários), em que medida essa técnica se relaciona com os aspectos teóricos e metodológicos de Durkheim? Tendo no horizonte essa indagação, podemos perguntar; a partir dos principais aspectos teóricos e metodológicos do pensamento de Weber é possível estabelecer tipos ideais a partir do fenômeno empírico do suicídio?



Glossário

Heurístico

Significa uma descoberta científica ou a comprovação de algo bastante recorrente, que impacta na formação de novos conceitos e reflexões acerca de um determinado fenômeno.

Epistemologia

Trata-se de uma dimensão da filosofia ou da reflexão científica que trata das especificidades do conhecimento. Em geral, realiza as seguintes indagações: o que é o conhecimento, em que ele consiste, como é possível obtê-lo e em que consiste o conhecimento de determinadas áreas, como a sociologia e as ciências sociais?

b)A ética protestante e o espírito do capitalismo

Assim como em Durkheim, a religião ocupou bastante espaço na obra de Weber. Para Weber, no entanto, de acordo com as suas principais posições teóricas e metodológicas, a religião não partia de um estágio simples para um mais complexo, nem tampouco lhe interessava localizar os aspectos sagrados e profanos. Para Weber, a religião (cristianismo, islamismo, judaísmos, budismo, etc.) estava inteiramente ligada às lutas políticas e econômicas do mundo moderno, bem como diretamente implicadas no processo de racionalização ocidental moderno. A sociologia da religião de Weber constitui um dos capítulos mais relevantes de sua obra e uma contribuição extremamente fecunda para a teoria sociológica e as descobertas empreendidas pelas ciências sociais ao longo do século XX. Weber pesquisou, sobretudo, as conexões causais entre as éticas religiosas das grandes religiões mundiais da palavra (judaísmo, islamismo e cristianismo) e o processo de racionalização econômica vivido pelas sociedades ocidentais na longa duração sócio-histórica, que deu origem ao capitalismo. Para Weber a ética de um grupo social é a postura prática que ele mantém com a política, com a economia e os demais aspectos da vida cotidiana ordinária. Ela designa, assim, um tipo de conduta regular, que diz respeito a um processo apreendido por determinados tipos ideais e ações sociais. As religiões mundiais da palavra, por seu turno, são religiões que se baseiam em livros e escrituras (a Bíblia, para os cristãos; os escritos do Torá, para os Judeus, o e Alcorão, para os muçulmanos) consideradas e seguem seus dizeres, normas e ensinamentos. Para Weber, essas escrituras criaram ações e relações sociais que originaram condutas e instituições extremamente importantes para o mundo moderno e contemporâneo.

A partir dos estudos históricos e sociológicos das religiões mundiais, Weber criou muitos tipos ideais e conceitos, que integram uma teoria mais abrangente das relações entre religião política e economia. O elo mais relevante dessas relações diz respeito à formação da ética religiosa dos grupos protestantes europeus durante o século XVII e o advento

do cristianismo. Aparentemente, ocorreu uma relação causal entre a nova teologia surgida a partir da reforma protestante (no século XVI) e a gênese do capitalismo moderno. Os desdobramentos da reforma protestante, em 1517, desencadeada por Martin Lutero, e levada a cabo, durante o século XVII, por muitos pastores, teóricos, pregadores e protestantes (também chamados de puritanos), criou a teoria da predestinação. O principal autor dessa teoria (ou dessa nova teologia) foi o teólogo francês João Calvino. Um dos pontos centrais de contestação da Igreja Católica Romana por parte do movimento protestante consistia na crítica veemente à compra das indulgências (especialmente de compra do perdão e absolvição dos pecados) e aos sacramentos católicos que, segundo a Igreja Católica, asseguravam a salvação eterna. Para Calvino, nada assegurava aos indivíduos que eles seriam salvos por Deus. Os indivíduos já nasciam predestinados à salvação, independente dos seus atos, práticas e ações no mundo. Todavia, havia alguns sinais que Deus fornecia aos indivíduos, a fim de que eles soubessem se haviam sido escolhidos ou não, se estavam no caminho correto ou não da salvação. Tais sinais deveriam ser interpretados pelos fiéis, pois a cada um Deus concedia uma vocação, que o fiel deveria descobrir e seguir. Uma vez descobrindo e seguindo essa vocação, o fiel saberia se havia sido predestinado à salvação ou se estava, assim, no caminho da graça eterna. Segundo Calvino, a vocação consistia em realizar com êxito e sucesso aquilo que Deus lhe concedeu: ser um trabalhador próspero, um empresário de sucesso, um profissional bem sucedido, um agricultor diligente e próspero. Para alcançar tais posições, os fiéis cristãos protestantes deveriam trabalhar incansavelmente, diuturnamente e de modo disciplinado, pois só assim alcançariam o êxito material para o qual estavam vocacionados. O trabalho, com efeito, passou a ser uma atividade extremamente valorizada, disseminada e incentivada entre os grupos e seitas protestantes que surgiram ao longo do século XVII (batistas, metodistas, calvinistas, etc.). O trabalho, como consequência, produzia riqueza, prosperidade e o crescimento profissional, mas tais riquezas não deveriam ser consumidas e fruídas pelos indivíduos, mas sim acumuladas para elevar a prosperidade

dos seus realizadores e o nome de Deus. Os fiéis puritanos deveriam adiar o prazer (a procrastinação), levar uma vida modesta e simples, dedicada ao trabalho e as obrigações religiosas, pois o mundo da paz, da felicidade e do prazer eterno não era este, mas aquele que lhes aguardava ao lado do Criador. Lembremos que a atividade laboral do trabalho era desvalorizada pelas elites aristocratas e por toda a nobreza europeia do período medieval e moderno, pois, de acordo com os valores desses grupos, o trabalho depreciava o homem e o igualava aos animais e aos escravos, que tinham que lutar pela sua sobrevivência. O acúmulo de riquezas e a prosperidade material que o trabalho disciplinado gerava e permitia era um sinal incontestável (como assinalou Calvino) de que tais indivíduos (os fiéis puritanos) estavam no caminho da salvação e/ou estavam predestinados a ela por Deus. Desse modo, os grupos protestantes identificados por Weber, mantinham uma ação racional movida por fins, pois o fim último seria a obtenção da salvação, através do cumprimento da vocação atribuída por Deus, ou seja, respondendo ao chamamento divino. Essa ação social está ligada, portanto, a uma ética religiosa que teve, segundo Weber, uma implicação econômica direta, que contribuiu para a gênese socioeconômica do capitalismo, que Weber chamou de *ética protestante e espírito do capitalismo*, título do seu livro mais conhecido. Como menciona Tânia Quinteiro:

O trabalho torna-se portanto um valor em si mesmo, e o operário ou o capitalista puritano passam a viver em função da sua atividade ou o negócio e só assim têm a sensação de tarefa cumprida. O puritanismo condenava o ócio, o luxo, a perda de tempo e a preguiça (...) Para estarem seguros quanto à salvação, ricos e pobres deveriam trabalhar sem descanso, o “dia todo em favor do que lhes foi destinado” por vontade de Deus, e glorificá-lo por meio de suas atividades produtivas. Estas tinham se tornado um dever a ser metodicamente executado, possuindo um fim em si mesmo. Assim, os puritanos prescrevem: “contra as dúvidas as dúvidas religiosas e a inescrupulosa tortura moral, e contra todas as tentações da carne, ao lado de uma dieta

vegetariana e banhos frios, trabalha energeticamente em tua vocação”. Essa ética tinha como resultado operários disciplinados (...) E, por outro lado, empresários que se sentiam abençoados ao estar inteiramente dedicados à produção de riqueza. Weber identificou esse conjunto de valores nos Estados Unidos, na Holanda e na Alemanha e anotou que o seu desenvolvimento favorecera “uma vida econômica racional e burguesa”. A essa dedicação verdadeiramente religiosa ao trabalho ele chamou vocação, fruto de um ascetismo mundano, oposto ao ascetismo católico em dois pontos: primeiro, no seu caráter de ação metódica no mundo e, segundo, na valorização do sucesso econômico.

O que Weber define como *espírito do capitalismo* foi exatamente esse impulso inicial, essa motivação presente nos grupos sociais que criaram as seitas protestantes puritanas. Foram essas seitas que, em razão das guerras religiosas da Europa no século XVI e XVII, migraram para a América do Norte, no início do século XVII, a partir de 1607, levando para o território norte americano (a chamada Nova Inglaterra) a sua ética religiosa, fundando as 13 colônias americanas, embrião cultural, político e religioso dos Estados Unidos da América. Grande parte dos imigrantes puritanos que chegaram aos Estados Unidos durante os séculos XVII e XVIII pertenciam às seitas religiosas protestantes criadas na Inglaterra, Holanda, Irlanda e Escócia. Para ilustrar como essa ética inicial esteve presente na colonização dos Estados Unidos, Weber analisou e citou os escritos de Benjamin Franklin, cientista, líder político e religioso calvinista norte-americano, um dos líderes da independência dos Estados Unidos, em 1776. Um exemplo dos escritos de Benjamin Franklin:

Lembre-se de que tempo é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear ou fica vadeando metade do dia, embora não dispenda mais do que seis pences durante o seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco

xelins a mais. Lembre-se deste refrão: o bom pagador é o dono da bolsa alheia. Aquele que é conhecido por pagar pontual e exatamente na data prometida pode, em qualquer momento, levantar tanto dinheiro quanto seus amigos possam dispor. Isto é, as vezes, de grande utilidade. Depois da industriiosidade e da frugalidade, nada contribui mais para um jovem subir na vida do que a pontualidade e a justiça em todos os seus negócios; portanto, nunca conserve dinheiro emprestado uma hora além do tempo prometido, senão um despontamento fechará a bolsa de teu amigo para sempre. O som do teu martelo trabalhando às cinco da manhã ou as oito da noite, ouvido por um credor, o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte se te ver em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz numa taverna quando deverias estar no trabalho.



Atenção

Sendo estritamente fiel à sua metodologia, Weber não atribui à ética protestante a única e exclusiva causa para o advento do capitalismo. Para o nosso autor, existiram, certamente, um feixe de causas ou diversas causas, que, em conjunto, concorreram para a construção de algo tão complexo e decisivo: o capitalismo. O autor sempre pensava em termos de *multicausalidades* (ou *policausalidades*) para compreender e explicar os fenômenos estudados. A ética protestante (ou seja, a incorporação e atuação prática da teologia da predestinação calvinista) foi a causa que ele verificou como uma das mais importantes, utilizando-a para abordar a questão e parte dos seus estudos sobre as éticas das religiões mundiais e suas implicações econômicas ao longo da história. Como o próprio Weber assinala, caso fosse outro pesquisador (dotado, portanto, de outra subjetividade) poderia chegar a causas distintas e, portanto, a conclusões também diferentes.



Para Examinar

Como se verificou, os primeiros imigrantes que chegaram aos Estados Unidos foram aqueles movidos pela teoria da predestinação calvinista e tudo que ela implicava. A partir desse fato, muitos autores, explorando o argumento e as conclusões weberianas, afirmam que esse é uma das razões históricas para o crescimento econômico americano durante os séculos XIX e XX e a sua liderança capitalista no século XX. Do mesmo modo, atribui-se aos países católicos que não foram afetados pela reforma protestante

ou foram muito pouco influenciados pela teologia calvinista da predestinação (França, Itália, Espanha e Portugal) um atraso econômico e, sobretudo, uma não valorização do trabalho rotineiro e disciplinado (ascético). Por consequência, esse argumento é muito utilizado também para abordar a pouca influência da ética protestante-puritana na formação da sociedade brasileira, sobretudo da sua elite agrária e rural durante os séculos XVIII e XIX, avessa ao trabalho e inteiramente dependente da mão de obra escrava.



Acesse

Para aprofundar o seu conhecimento sobre a reforma protestante, assista o filme Lutero. Trata-se de um filme alemão (2003) que narra a trajetória religiosa e pessoal do monge Martin Lutero, desde a sua filiação religiosa à Igreja Católica, até o seu rompimento com esta, em 1530.

Acesse também a resenha do filme: <http://cephm-reformaprotestante.blogspot.com.br/2010/06/lutero-o-filme.html>.

Acesse também: <http://www.cafecomsociologia.com/2011/04/etica-protestante-e-o-espírito-do.html>

Leia também os seguintes textos:

<http://www.videeditorial.com.br/dicionario-obras-basicas-da-cultura-ocidental/d-e/a-etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo-de-max-weber.html>

<http://pt.scribd.com/doc/67981776/Resumo-Critico-A-Etica-Protestante-e-o-Espírito-do-Capitalismo-Max-Weber>



Exercício de Aprendizagem

1. Diante dessas reflexões, comente e reflita sobre os principais aspectos da ética protestante-puritana.
2. Estabeleça e disserte sobre os aspectos que você julga mais contrastantes entre a abordagem Durkaimiana e weberiana da religião.
3. Em que medida o argumento weberiano pode ser utilizado para compreender os grupos religiosos hoje em dia, sobretudo no Brasil?



Referências

CONH, Gabriel. **Crítica e resignação**: os fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo, Tao, 1979.

SENEDA, Marcos César. **Max Weber**. Campinas, Editora Unicamp, 2008.

QUINTEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos**, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2008.

Disciplina ?